



DIÁRIO OFICIAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA

João Pessoa, 27 de agosto de 2025 * nº 0842 * Pág. 001/030



FAROL DO CABO BRANCO

SEAD

PORTARIA Nº 925

Em, 25 de agosto de 2025

O SECRETÁRIO DA ADMINISTRAÇÃO, usando das atribuições que lhe confere o artigo 66, inciso IV da Lei Orgânica para o Município de João Pessoa, de 02 de abril de 1990, e de acordo com inciso II, art. 23 da Lei Promulgada nº 14.824 de 28 de setembro de 2023, e tendo em vista o que consta do Protocolo Servidor nº 6633/2025.

RESOLVE:

I – Fazer retornar as suas atividades na SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, a servidora RUBYA DE SOUZA SOARES, matrícula nº 100.330-1, ocupante do cargo de ASSISTENTE ADMINISTRATIVO, que se encontra à disposição da Companhia de Água e Esgotos da Paraíba-CAGEPA.

II - Esta portaria entrar em vigor a partir desta data.

ARIOSVALDO DE ANDRADE ALVES
Secretário da Administração



VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: 0EE7-1DEF-0B90-F971

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

✓ ARIOSVALDO DE ANDRADE ALVES (CPF 007.XXX.XXX-05) em 26/08/2025 09:59:41 GMT-03:00
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://joaopessoa.1doc.com.br/verificacao/0EE7-1DEF-0B90-F971>

SEDEC

PORTARIA nº 077/2025 – GAB/SEDEC

João Pessoa, 20/08/2025

A SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA DO MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA, ESTADO DA PARAÍBA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 66, incisos I e IV da Lei Orgânica do Município de João Pessoa, de 02 de abril de 1990;

RESOLVE:

Art. 1º. Designar os servidores Lucas Vinicius Gonzaga da Silva, Matrícula 85.535-9, como Fiscal Técnico; e Lucas Vinicius Tavares de Aquino, matrícula 91.960-8 como Fiscal Administrativa do Contrato Nº 10.050/2025, referente ao Pregão Eletrônico nº 10.001/2025, aquisição de materiais de pintura, firmado com CONDE COMERCIO DE MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA, CNPJ: 27.073.801/0001-33.

Art. 2º. Incumbe aos servidores designados acompanhar o desenvolvimento da execução do contrato, observando as atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 10.535/2023; Lei Municipal nº 14.781/2023 e art. 117, caput da Lei nº 14.133 de 2021.

Art. 3º. Os serviços prestados pelo servidor, ora nomeado, serão considerados de caráter público relevante, sendo vedada qualquer remuneração.

Art. 4º. Esta Portaria produz seus efeitos a partir da data de assinatura do contrato.

MARIA AMÉRICA ASSIS DE CASTRO
Secretária de Educação e Cultura

Assinado por 1 pessoa: ARIOSVALDO DE ANDRADE ALVES
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://joaopessoa.1doc.com.br/verificacao/0EE7-1DEF-0B90-F971> e informe o código 0EE7-1DEF-0B90-F971



VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: 4594-FF18-BA91-CBEB

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

✓ MARIA AMERICA ASSIS DE CASTRO (CPF 308.XXX.XXX-78) em 25/08/2025 21:10:39 GMT-03:00
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://joaopessoa.1doc.com.br/verificacao/4594-FF18-BA91-CBEB>

PORTARIA nº 158/2025 – GAB/SEDEC

João Pessoa, 20/08/2025

A SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA DO MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA, ESTADO DA PARAÍBA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 66, incisos I e IV da Lei Orgânica do Município de João Pessoa, de 02 de abril de 1990;

RESOLVE:

Art. 1º. Resolve Designar os servidores Lucas Vinicius Gonzaga da Silva, matrícula nº 110.926-1, como Fiscal Técnico; e Lucas Vinicius Tavares de Aquino, matrícula nº 91.960-8, como Fiscal Administrativa do Contrato Nº 10.067/2025, referente ao Pregão Eletrônico nº 10.004/2025, a aquisição de materiais de hidráulica destinados à execução de serviços de conservação, manutenção e restauração para a rede municipal de Ensino de João Pessoa, firmado com CONDE COMERCIO DE MATERIAL DE CONSTRUCAO LTDA, CNPJ: 27.073.801/0001-33.

Art. 2º. Incumbe aos servidores designados acompanhar o desenvolvimento da execução do contrato, observando as atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 10.535/2023; Lei Municipal nº 14.781/2023 e art. 117, caput da Lei nº 14.133 de 2021.

Art. 3º. Os serviços prestados pelo servidor, ora nomeado, serão considerados de caráter público relevante, sendo vedada qualquer remuneração.

Art. 4º. Esta Portaria produz seus efeitos a partir da data de assinatura do contrato.

MARIA AMÉRICA ASSIS DE CASTRO
Secretária de Educação e Cultura

Assinado por 1 pessoa: MARIA AMERICA ASSIS DE CASTRO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://joaopessoa.1doc.com.br/verificacao/CEE3-304C-2DF6-9EB8> e informe o código CEE3-304C-2DF6-9EB8



VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: CEE3-304C-2DF6-9EB8

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

✓ MARIA AMERICA ASSIS DE CASTRO (CPF 308.XXX.XXX-78) em 25/08/2025 21:09:40 GMT-03:00
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://joaopessoa.1doc.com.br/verificacao/CEE3-304C-2DF6-9EB8>



PORTARIA Nº 159/2025 – GAB/SEDEC

João Pessoa, 21/08/2025

A SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA DO MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA, ESTADO DA PARAÍBA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 66, incisos I e IV da Lei Orgânica do Município de João Pessoa, de 02 de abril de 1990;

RESOLVE:

Art. 1º. Designar os servidores: **Ivanildo Rodrigues Fernandes Júnior**, Matrícula **95.040-8**, como Fiscal Técnico e **Marcus Vinicius Leite do Vale**, de matrícula **102.282-4**, como Fiscal Administrativo do **Contrato Nº10.091/2025**, referente a **Dispensa de Licitação de Nº 10.002/2025**, Contratação de empresa especializada para o fornecimento de 02 (DOIS) transformadores de 150 KVA, com tensão de 13,8 KV / 380/220V, firmado com **SINTONIA COMERCIAL LTDA**, CNPJ nº **48.988.446/0001-00**.

Art. 2º. Incumbe aos servidores designados acompanhar o desenvolvimento da execução do contrato, observando as atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº10.535/2023; Lei Municipal nº14.781/2023 e art. 117, caput da Lei no 14.133 de 2021.

Art. 3º. Os serviços prestados pelo servidor, ora nomeado, serão considerados de caráter público relevante, sendo vedada qualquer remuneração.

Art. 4º. Esta Portaria produz seus efeitos a partir da data de assinatura do contrato.

MARIA AMÉRICA ASSIS DE CASTRO
Secretária de Educação e Cultura



VERIFICAÇÃO DAS
ASSINATURAS



Código para verificação: 6419-8A12-4EAB-93AB

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

✓ MARIA AMERICA ASSIS DE CASTRO (CPF 308.XXX.XXX-78) em 25/08/2025 16:58:03 GMT-03:00
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://joaopessoa.1doc.com.br/verificacao/6419-8A12-4EAB-93AB>

SEPLAN

A Prefeitura Municipal de João Pessoa/SEPLAN – CNPJ/CPF: Nº 08.778.326/0001-56, torna público que requereu à SEMAM – Secretaria Municipal de Meio Ambiente, **Licença Prévia para REFORMA DA PRAÇA PEDRO AMÉRICO**, em João Pessoa - PB.

SEREM

PORTARIA TRIBUTÁRIA Nº. 015/SEREM, João Pessoa, 26 de agosto de 2025

O SECRETÁRIO DA RECEITA MUNICIPAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 66, parágrafo único, inciso II da Lei Orgânica para o Município de João Pessoa, e tendo em vista o disposto no artigo 274 da Lei Complementar nº. 53, de 23 de dezembro de 2008 (Código Tributário Municipal), bem como no artigo 585 do Regulamento do Código Tributário Municipal, aprovado pelo Decreto nº. 6.829, de 11 de março de 2010;

RESOLVE:

Art. 1º Fixar em R\$ 51,69 (cinquenta e um reais e sessenta e nove centavos), o valor da Unidade Fiscal de Referência do Município de João Pessoa – UFIR/JP.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor a partir de 1º de setembro de 2025.

SEBASTIÃO FEITOSA ALVES
Secretário da Receita Municipal



VERIFICAÇÃO DAS
ASSINATURAS



Código para verificação: 1F4C-4F9C-44E6-F280

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

✓ SEBASTIAO FEITOSA ALVES (CPF 131.XXX.XXX-72) em 26/08/2025 11:31:42 GMT-03:00
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://joaopessoa.1doc.com.br/verificacao/1F4C-4F9C-44E6-F280>



Estado da Paraíba
Prefeitura Municipal de João Pessoa

Prefeito: **Cicero de Lucena Filho**
Vice-Prefeito: **Leopoldo Araújo Bezerra Cavalcanti**
Sec. de Gestão Governamental: **Rougeir Xavier Guerra Júnior**
Secretaria de Administração: **Ariossvaldo de Andrade Alves**
Secretaria de Saúde: **Luis Ferreira de Sousa Filho**
Secretaria de Educação: **Maria América Assis de Castro**
Secretaria de Planejamento: **Ayrton Lins Falcão Filho**
Secretaria de Finanças: **Brunno Sítio Fialho de Oliveira**
Secretaria de Desenv. Social: **Norma Wanderley da Nóbrega Gouveia**
Secretaria de Habitação: **Maria Socorro Gadelha**
Secretaria de Comunicação: **Janildo Jerônimo da Silva**
Controlad. Geral do Município: **Diego Fabricio Cavalcanti de Albuquerque**
Sec. de Direitos Humanos: **Marcio Diego Fernandes Tavares de Albuquerque**
Procuradoria Geral do Município: **Bruno Augusto Albuquerque da Nobrega**
Sec. de Proteção e Defesa do Consumidor: **Jair de Queiroz Pires Júnior**
Sec. Munic. de Serv. Urbanos e Zeladoria: **Francisco Rinaldo M. de Figueiredo**
Secretaria de Cuidado e Proteção Animal: **Carlos Gustavo Gomes de Oliveira**

Sec. Munic. Preserv. Revital. e Inov. do Centro Histórico: **Thiago N. de Lucena**
Secretaria da Receita: **Sebastião Feitosa Alves**
Secretaria da Infra Estrutura: **Rubens Falcão da Silva Neto**
Sec. de Desenvolvimento Econômico do Trabalho: **Bruno Farias de Paiva**
Sec. Juventude, Esporte e Recreação: **José Freire Costa**
Secretaria de Turismo: **Vitor Hugo Peixoto Castellano**
Sec. de Políticas Públicas das Mulheres: **Virginia Maria P. Veloso Borges**
Sec. de Desenvolvimento Urbano: **Marmuthe de Souza Cavalcante**
Sec. da Ciência e Tecnologia: **Guido Lemos de Souza Filho**
Secretaria de Meio Ambiente: **Welison Araújo Silveira**
Sec. de Segurança Urbana e Cidadania: **Luiz Eduardo Menezes Soares**
Secretaria da Defesa Civil: **Kelson de Assis Chaves**
Superint. de Mobilidade Urbana: **Marcílio Pedro Siqueira Ferreira**
Autarqu. Esp. Munic. de Limp. Urbana: **Ricardo Jose Veloso**
Instituto de Previdência do Munic.: **Caroline Ferreira Aggra**
Fundação Cultural de João Pessoa: **Antônio Marcus Alves de Souza**

DIÁRIO
OFICIAL

Agente de Registros e Publicações - **Orleide Maria de O. Leão**
Designer Gráfico - **Emilson Diniz e Fábio Evangelista**

Unidade de Atos Oficiais - Secretaria de Gestão Governamental
Praça Pedro Américo, 70 - Cep: 58.010-340
Pabx: 83 3218.9765 - Fax 83 3218.9766
diariomjp@gmail.com

Órgão Oficial da Prefeitura Municipal de João Pessoa
Criado pela Lei Municipal nº 14.457, de 22 de março de 2022
Centro Administrativo Municipal
Rua Diógenes Chianca, 1777 - Água Fria - Cep: 58.053-900
Fone: 3128.9038 - e-mail: sead@joaopessoa.pb.gov.br



SECRETARIA DA RECEITA MUNICIPAL – SEREM
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO – PROGEM

PORTARIA CONJUNTA Nº. 001/SEREM/PROGEM

João Pessoa, 19 de agosto de 2025

O SECRETÁRIO DA RECEITA MUNICIPAL e o PROCURADOR-GERAL DO MUNICÍPIO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 66, parágrafo único, combinado como art.109, §1º, da Lei Orgânica do Município de João Pessoa,

CONSIDERANDO a necessidade de dar cumprimento ao disposto nos arts. 110 e 136-c, da Lei Complementar Municipal no. 53, de 23 de dezembro de 2008 (Código Tributário do Município de João Pessoa); o art. 156, V, da Lei Federal no. 5.172, de 25 de outubro de 1966 (Código Tributário Nacional); e o art. 16, XIX, da Lei Municipal no. 10.688, de 26 de dezembro de 2005 (Código de Defesa do Contribuinte de João Pessoa), e

CONSIDERANDO o resultado de estudos preliminares, em que foi verificado o decurso de lapso prescricional em relação a determinadas inscrições da Dívida Ativa da Fazenda Pública Municipal,

RESOLVEM:

Art. 1º Fica reconhecida a prescrição de débitos de IPTU, TCR e ISS de autônomos dos exercícios de 2020 e anteriores, ainda que inscritos em dívida ativa, desde que:

1. não tenham sido objeto de execução fiscal;
2. não tenham sido protestados;
3. não tenham sido objeto de reconhecimento por parte do sujeito passivo, por acordo de parcelamento ou em cota única, ainda que descumpridos.
4. não tenham sido objeto de processo administrativo em que tenha sido apurado irregularidade na baixa anterior ao débito.

Parágrafo único. O cancelamento deve ser efetuado por rotina de informática atendendo aos critérios deste artigo.

Art. 2º O disposto nesta portaria tem efeito meramente declaratório e não gera direito adquirido aos respectivos sujeitos passivos da obrigação, podendo ser reativada a Certidão da Dívida Ativa – CDA-caso seja ulteriormente verificada a existência de qualquer causa interruptiva ou suspensiva da prescrição.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SEBASTIÃO FEITOSA ALVES
Secretário da Receita Municipal

BRUNO AUGUSTO ALBUQUERQUE DA NOBREGA
Procurador Geral do Município

**VERIFICAÇÃO DAS
ASSINATURAS**

Código para verificação: AF61-01CE-3A55-3AE1

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

✓ SEBASTIAO FEITOSA ALVES (CPF 131.XXX.XXX-72) em 26/08/2025 10:30:57 GMT-03:00
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

✓ BRUNO AUGUSTO ALBUQUERQUE DA NOBREGA (CPF 032.XXX.XXX-75) em 26/08/2025 11:13:51 GMT-03:00
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://joaopessoa.1doc.com.br/verificacao/AF61-01CE-3A55-3AE1>

PROGEM

MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA
PROCURADORIA GERAL

Praça Pedro Américo, 70 – Varadouro – João Pessoa/PB CEP: 58.010-340 Fone:(83) 3218-9788

NOTA TÉCNICA

Assunto: Interpretação do §3º do art. 92 do Código Tributário Municipal (CTM) – concessão de desconto de 100% dos juros de mora em pagamentos à vista

I. Contextualização

Historicamente, o Município de João Pessoa, em postura conciliatória e voltada à eficiência da arrecadação tributária, adotou política de incentivo ao adimplemento espontâneo dos créditos tributários, permitindo ao contribuinte a redução integral (100%) dos juros de mora para pagamento de débitos à vista, conforme previsão original do §3º do art. 92 do Código Tributário Municipal, nos seguintes termos:

“§ 3º Caso o débito seja recolhido integralmente, o recebimento será feito apenas do imposto e multa, com atualização monetária.”

A aplicação desse dispositivo sempre abrangeu tanto débitos não inscritos em dívida ativa quanto débitos já inscritos, inclusive em fase de execução fiscal.

Contudo, por razões de política fiscal, alterou-se a legislação para que, quanto aos débitos executados, a fruição do desconto estivesse sujeita à regulamentação exarada pelo Procurador-Geral do Município.

Diante desse cenário, foi promovida alteração legislativa no §3º do art. 92 do CTM, que passou a vigorar com a seguinte redação:

“§3º Caso o débito seja recolhido integralmente, em parcela única, será excluída a verba relativa aos juros de mora, só sendo este benefício aplicável às dívidas

1

objeto de execução fiscal nos termos de Portaria editada pelo Procurador-Geral do Município.”

II. Interpretação da nova redação do §3º do art. 92 do CTM

A alteração normativa teve por objetivo restringir a aplicação automática do desconto dos juros uma vez executado o débito, sujeitando a benesse à regulamentação específica do Procurador-Geral do Município.

Não obstante, a nova redação não suprimiu a regra geral de concessão do desconto para os débitos não ajuizados. A exclusão dos juros permanece plenamente aplicável nos casos de pagamento integral, em parcela única, de débitos ainda não inscritos em dívida ativa ou inscritos, mas não ajuizados.

A interpretação segundo a qual o desconto de 100% dos juros somente se aplicaria às dívidas já executadas não encontra respaldo na literalidade do dispositivo, sendo, inclusive, incompatível com a sua finalidade. A referência expressa à necessidade de regulamentação somente se dirige às dívidas objeto de execução fiscal, inexistindo qualquer vedação à manutenção do desconto para os demais casos.

Vale mencionar, ainda, que, quando da edição da regulamentação, veiculada pela Portaria PROGEM nº 11/2022, publicada no Diário Oficial do Município nº 0138, de 11 de outubro de 2022, a Procuradoria-Geral do Município estendeu a redução de 100% dos juros também aos débitos executados, nos termos em que ocorria anteriormente, antes da alteração da redação do art. 92, §3º, do CTM.

Assim, atualmente, tanto os débitos não ajuizados quanto aqueles já objetos de execução fiscal gozam da redução total dos juros em caso de pagamento à vista de débitos perante o Município de João Pessoa.

III. Postura conciliatória e moderna do Município de João Pessoa

Página 2 de 4



Assinado digitalmente por BRUNO AUGUSTO ALBUQUERQUE DA NOBREGA - 26/08/2025 - 12:08
Localizador do documento: d5yaa5GWMFK9Bk5De5QD8n
<http://joaopessoa.spa.coreplan.com.br/coresigner/info/d5yaa5GWMFK9Bk5De5QD8n.pdf>

Cabe ressaltar, ainda, que o Município de João Pessoa adota uma postura fiscal marcada pela razoabilidade e pelo estímulo à regularização espontânea, utilizando, antes do ajuizamento da execução fiscal, diversas medidas extrajudiciais de cobrança, tais como:

- Envio de notificações por e-mail e SMS;
- Realização de protesto extrajudicial das certidões de dívida ativa;
- Expedição de comunicados físicos e eletrônicos;
- Previsão legal de parcelamentos de créditos em até 180 parcelas;
- Inclusão em cadastros de inadimplentes, quando legalmente permitida.

Essas medidas visam evitar o ajuizamento de execuções fiscais, racionalizando os custos da cobrança e estimulando o adimplemento voluntário.

A concessão de desconto integral dos juros de mora no pagamento à vista reforça esse modelo conciliador, proporcionando ao contribuinte condições mais favoráveis de regularização e contribuindo para o aumento da arrecadação com menor litigiosidade.

IV. Conclusão

Diante do exposto, conclui-se que:

1. A redação atual do §3º do art. 92 do CTM não revogou nem restringiu o desconto de 100% dos juros de mora para débitos não executados, que continua plenamente aplicável;
2. A regulamentação pelo Procurador-Geral do Município é exigida exclusivamente para a concessão do desconto em casos de dívidas já objeto de execução fiscal;
3. Mesmo no exercício dessa regulamentação, foi mantida a redução integral dos juros em caso de pagamento à vista para os débitos já executados;

Página 3 de 4

4. O Município de João Pessoa mantém uma postura moderna e proativa na cobrança dos seus créditos, priorizando instrumentos extrajudiciais e incentivos ao pagamento voluntário, em consonância com os princípios da eficiência e da economicidade na gestão pública.

Encaminha-se a presente Nota Técnica para os devidos esclarecimentos e eventuais providências administrativas que se entenderem cabíveis.

João Pessoa, 07 de agosto de 2025.

Bruno Augusto Albuquerque da Nóbrega
Procuradoria-Geral do Município de João Pessoa

Danilo de Sousa Mota
Procurador-Geral Adjunto do Município de João Pessoa

Arthur Monteiro Lins Fialho
Procurador-Geral Adjunto do Município de João Pessoa

Lucas Sampaio Muniz da Cunha
Procurador-Chefe Fiscal do Município de João Pessoa

André Borges Coelho de Miranda Freire
Procurador-Chefe da Procuradoria da Dívida Ativa e da Fazenda



Assinado digitalmente por BRUNO AUGUSTO ALBUQUERQUE DA NOBREGA - 26/08/2025 - 12:08
Localizador do documento: dGyas5GWGMkFK9BkSDe5QD8n
<http://joaopessoa.spa.coreplan.com.br/coresigner/info/dGyas5GWGMkFK9BkSDe5QD8n.pdf>

Página 4 de 4



MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA
PROCURADORIA GERAL

Praça Pedro Américo, 70 – Varadouro – João Pessoa/PB CEP: 58.010-340 Fone:(83) 3218-9788

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 002/2025

CONVOCAÇÃO PARA REGULARIZAÇÃO DE DÉBITOS TRIBUTÁRIOS E NÃO TRIBUTÁRIOS

O MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA, por meio da PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO, com fundamento no Código Tributário Municipal (Lei Complementar nº 53/2008), na Portaria PROGEM nº 11/2022 e demais normas aplicáveis, torna público o presente **EDITAL DE CHAMAMENTO**, convocando todos os contribuintes que possuam débito em aberto junto à Fazenda Pública Municipal, **seja ele** inscrito ou não em dívida ativa, ajuizado ou não, a regularizarem sua situação fiscal, mediante as condições e benefícios abaixo descritos:

1. DO OBJETIVO

O presente chamamento tem por finalidade incentivar a regularização fiscal voluntária, permitindo que os contribuintes em situação de inadimplência quitem ou parcelem seus débitos junto ao Município, com condições especiais de pagamento, de forma a evitar o agravamento da dívida e o ajuizamento de execução fiscal.

2. DOS BENEFÍCIOS

a) Pagamento à vista:

Será concedido desconto de 100% (cem por cento) dos juros de mora, nos casos de pagamento integral e em parcela única do débito, independentemente de sua natureza ou estágio de cobrança (administrativa ou judicial).

b) Parcelamento:

Os débitos também poderão ser parcelados, nos termos da legislação vigente, em até 180 (cento e oitenta) parcelas mensais, a depender do valor total da dívida consolidada, observados os seguintes critérios:

- Valor mínimo por parcela;
- Incidência de encargos legais e atualização monetária sobre o valor parcelado;
- Perda dos benefícios em caso de inadimplemento.

3. FORMA DE ADESÃO

Os contribuintes interessados deverão formalizar sua adesão por meio de:

1

- Atendimento presencial na Secretaria da Receita Municipal (Rua Diógenes Chianca, nº 1777, Água Fria, João Pessoa/PB, CEP: 58053-900) ou na Procuradoria-Geral do Município de João Pessoa (Av. Pres. Epitácio Pessoa, 2930 - sala 601 - Tambauzinho, João Pessoa - PB, 58042-006);
- Atendimento eletrônico via Portal do Contribuinte, no seguinte link: <https://receita.joaopessoa.pb.gov.br/portal-serem>;
- Contato via *whatsapp* (83 99668-6769) ou via e-mail (procuradoriafiscaljp@gmail.com) para esclarecimentos e emissão de guias.

4. DISPOSIÇÕES FINAIS

Este chamamento visa reforçar a política fiscal moderna e conciliadora do Município de João Pessoa, que preza pela eficiência da cobrança, respeito ao contribuinte e estímulo à regularização voluntária.

João Pessoa/PB, 11 de agosto de 2025.

Bruno Augusto Albuquerque da Nóbrega
Procuradoria-Geral do Município de João Pessoa

Página 2 de 2



Assinado digitalmente por BRUNO AUGUSTO ALBUQUERQUE DA NOBREGA - 26/08/2025 - 12:08
Localizador do documento: SsY52mPKLaErVGNgYGSeIQxH
<http://joaopessoa.spa.coreplan.com.br/coresigner/info/SsY52mPKLaErVGNgYGSeIQxH.pdf>

IPM

**Expediente nº 008/2025**

A Superintendente do Instituto de Previdência do Município de João Pessoa – IPM, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 136, inciso II e III da Lei Municipal nº 10.684/05, resolve:

Publicar o(s) resultado(s) do(s) seguintes Processos Administrativos:

PROCESSO	INTERESSADO	MATRICULA	ASSUNTO	RESULTADO
71.315/2025	MANOEL FERREIRA DE AGUIAR NETO	27070-9	ISENÇÃO DE IMPOSTO DE RENDA	INDEFERIDO
99.405/2025	JOSIANE DE FÁTIMA VENÂNCIO FERREIRA	23.812-1	CANCELAMENTO DE DESCONTO	DEFERIDO
99.534/2025	MARIA TIBÉRIA PEREIRA BARRETO	09.700-4	ADEQUAÇÃO DE MARGENS CONSIGNÁVEIS	DEFERIDO PARCIAL
76.832/2025	LOURIVAL LEMOS FILHO	17.900-1	REVISÃO DE APOSENTADORIA - READEQUAÇÃO FUNCIONAL	INDEFERIDO
77.517/2025	CILENE ARAÚJO DOS SANTOS	06.931-1	SUSPENSÃO/EXCLUSÃO DE DESCONTO E RESTITUIÇÃO DE VALORES (EMPRÉSTIMO CONSIGNANDO)	INDEFERIDO

97.049/2025	JOÃO FIDELIS DA SILVA	02198-9	REVISÃO DE PROVENTOS	INDEFERIDO
77.746/2025	JOSETE DA SILVA LOPES	35.056-7	CANCELAMENTO DE TODOS OS CONSIGNADOS DO CONTRACHEQUE	INDEFERIDO
61.325/2025	MARIA JOSÉ ALBERTO DA SILVA	16.523-9	CANCELAMENTO DE DESCONTO	DEFERIDO
105.078/2025	MARIA DAS MÉRCEDES DE ALMEIDA SILVA	09.927-9	CANCELAMENTO DE DESCONTO	DEFERIDO
93.657/2025	HELIA MARIA APOLINARIO DA SILVA	08.097-7	ISENÇÃO DE IMPOSTO DE RENDA	DEFERIDO

106.602/2025	RACHEL MONTENEGRO MENEZES	08.727-1	CANCELAMENTO DE DESCONTO	DEFERIDO
106.654/2025	JOSEFA ALVES DE CARVALHO	09.133-2	CANCELAMENTO DE DESCONTO	DEFERIDO
72.988/2025	MARIA DE FÁTIMA SANTOS DA NÓBREGA	23.310-2	REVISÃO DE APOSENTADORIA	INDEFERIDO
97.610/2025	NATHAN EMMANOEL NASCIMENTO DE CARVALHO	95339-3	DÉCIMO TERCEIRO SALÁRIO PROPORCIONAL	DEFERIDO
104.903/2025	FLÁVIA DA SILVA	11.017-5	PAGAMENTO DO PISO DA ENFERMAGEM	INDEFERIDO
103.203/2024	LUZIMAR SANCHÓ DE SOUZA	24.445-7	ISENÇÃO DE IMPOSTO DE RENDA	INDEFERIDO
63.706/2025	AGOSTINHO ANDRADE SANTANA	22.978-4	ISENÇÃO DE IMPOSTO DE RENDA	INDEFERIDO
101.460/2025	RERONILDA RIMA MAYER VENTUR	04810-1	ISENÇÃO DE IMPOSTO DE RENDA	INDEFERIDO
91.014/2025	MONICA MARIA DO SOCORRO SOUZA AMARO	34.320-0	ISENÇÃO DE IMPOSTO DE RENDA	DEFERIDO
83.425/2025	DORIVANE PESSOA DA SILVA	15.457-1	REVISÃO DE APOSENTADORIA-QUINQUÊNIO	INDEFERIDO
85.043/2025	CARLOS ALBERTO PIRES DA SILVA	16.465-8	CANCELAMENTO DE DESCONTO SINTEM	DEFERIDO
57.698/2025	AMANDA DA COSTA VIEIRA	71.072-5	PROGRESSÃO POR TITULAÇÃO	DEFERIDO
56.558/2025	MARIANA SOUTO SOARES	3265629	PROGRESSÃO POR TITULAÇÃO	DEFERIDO
57.679/2025	GESSICA NIESKIER SOUSA VENTURA E ALENCAR	71.078-4	PROGRESSÃO POR TITULAÇÃO	DEFERIDO
1.143/2024	SEVERINA GOMES SILVA DE OLIVEIRA	16746-1	CANCELAMENTO DE DESCONTO SINDICAL	DEFERIDO
83.652/2025	MARIA IEDA FERREIRA	30.996-6	CANCELAMENTO DE DESCONTO	DEFERIDO
94.359/2025	MARIA SUZETE SANTOS	14.019-8	CANCELAMENTO DE DESCONTO	DEFERIDO

Assinado por 1 pessoa: CAROLINE FERREIRA AGRA



Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://joaopessoa.1doc.com.br/verificacao/7307-E091-739E-D2EB> e informe o código 7307-E091-739E-D2EB



91.006/2025	MARIA DO SOCORRO DE SOUSA BARRETO	18.921-9	CANCELAMENTO DE DESCONTO	DEFERIDO
102.702/2025	MARLI MARTINS VIANA	32.584-8	CANCELAMENTO DE DESCONTO	DEFERIDO
103.589/2025	FERNANDO SANTOS CARNEIRO	15.496-2	ISENÇÃO DE IMPOSTO DE RENDA	DEFERIDO
104.040/2025	TATIANE IRANI DE LUNA LIMA BARROS	13.450-3	RESÍDUO DE BENEFÍCIO	DEFERIDO
16.760/2025	MARCONI PAIVA FERNANDES DE OLIVEIRA	14589-1	READEQUAÇÃO FUNCIONAL	DEFERIDO
16.802/2025	GLÁUCIA MARIA FERNANDES MEDEIROS DE OLIVEIRA	18.877-8	READEQUAÇÃO FUNCIONAL	DEFERIDO PARCIAL
52.453/2025	KILMA DE CASTRO MAIA FLORENCIO	12.428-1	GRATIFICAÇÕES PSF ODONTO QUADRO E PSF-VPI SAÚDE BUCAL	DEFERIDO PARCIAL
82.785/2025	KATIA MARIA DA SILVA BARBOSA	15.236-6	PEDIDO DE RESSARCIMENTO	INDEFERIDO
114.289/2025	EVERALDO JOSÉ DE MELO	08.784-0	CANCELAMENTO DE DESCONTO	DEFERIDO
77.447/2025	ALEXANDRE ALVES DA SILVA	77.374-3	ISENÇÃO DE IMPOSTO DE RENDA	INDEFERIDO
52.367/2025	ALDA MARIA CARRAZZONI DE ANDRADE CAMPOS	02.013-3	READEQUAÇÃO FUNCIONAL – HORAS ATIVIDADE/MAGISTÉRIO	DEFERIDO PARCIAL
104.257/2025	CLELIA VITAL BURITY	10.962-2	REVISÃO DA MARGEM DOS CONSIGNADOS	DEFERIDO

17.806/2025	ANA MARIA FREIRE DE AMORIM	25.122-4	PENSÃO POR MORTE – BENEFÍCIO VITALÍCIO – PRETENSE COMPANHEIRA	INDEFERIDO
78.731/2025	JOSÉ EUGÊNIO DE LUCENA	16.433-0	CANCELAMENTO DO SINTRAN CARD	INDEFERIDO
95.638/2025	CLÓVIS FELIPE BEZERRA DO NASCIMENTO	35.560-7	DÉCIMO TERCEIRO SALÁRIO PROPORCIONAL	DEFERIDO
110.402/2025	ADEILDE PEREIRA DA SILVA SOBRAL	27.353-8	REVISÃO DE APOSENTADORIA	INDEFERIDO

142.425/2024	MARISTELA FERREIRA DOS SANTOS	16.880-7	READEQUAÇÃO FUNCIONAL	DEFERIDO PARCIAL
46.789/2025	MARIA ELIETE AQUINO RIBEIRO	14.236-1	DESAVERBAÇÃO DE TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO	INDEFERIDO

Assinado por 1 pessoa: CAROLINE FERREIRA AGRA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://joaopessoa.1doc.com.br/verificacao/73D7-E091-738E-D2EB>

1D

Caroline Ferreira Agra
Superintendente

João Pessoa, 25 de Agosto de 2025



VERIFICAÇÃO DAS
ASSINATURAS



Código para verificação: 73D7-E091-738E-D2EB

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

✓ CAROLINE FERREIRA AGRA (CPF 024.XXX.XXX-08) em 26/08/2025 10:11:53 GMT-03:00
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://joaopessoa.1doc.com.br/verificacao/73D7-E091-738E-D2EB>

EXTRATO

EXTRATO DE CONTRATO

Instrumento: Contrato n.º 06-351/2025.
Objeto: Aquisição de materiais descartáveis, para atender as necessidades Secretaria de Educação e Cultura - SEDEC.
Partes: Prefeitura Municipal de João Pessoa e a empresa Mais Comércio de Descartáveis LTDA.
Processo: 16.927/2024 – 1/DOC
Modalidade: P. E. Nº 06-012/2025 ARP nº 073/2025.
Signatários: Secretária, a Sra. Maria América Assis de Castro, o Sr. Deyfrank Caetano Henriques, representante legal da empresa Mais Comércio de Descartáveis LTDA.
Vigência: 25/08/2025 a 25/08/2026.
Valor Total: R\$ 57.668,00 (Cinquenta e sete mil, seiscentos e sessenta e oito reais).
Recursos Financeiros:

Dotação Orçamentária	FR	Elemento de Despesa
10.101.12.122.5417.102785	1.5.00	33.90.30

Data da assinatura: 25/08/2025

João Pessoa, 26 de Agosto de 2025.

Ariosvaldo de Andrade Alves
Secretário de Administração

EXTRATO DE CONTRATO

Instrumento: Contrato n.º 06-373/2025.
Objeto: Contratação de empresa especializada na prestação de serviço técnico de locação de impressoras, multifuncionais, scanner e software (outsourcing de impressão), na modalidade de cobrança pelo fornecimento do equipamento mais custo unitário por página impressa (modalidade híbrida) com fornecimento de material, exceto papel, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Serviços Urbanos e Zeladoria - SESUZ.
Partes: Prefeitura Municipal de João Pessoa e a empresa Maq-Larem Maquinas Moveis E Equipamentos Ltda.
Processo: 14.424/2025 – 1/DOC
Modalidade: Adesão 06-016/2025 à ARP nº 010/2025 do P.E. nº 06-041/2024 da Secretaria Municipal de Administração-SEAD.
Signatários: Secretário, o Sr. Francisco Rinaldo Maranhao De Figueiredo, e pela Sr. Severino Medeiros Do Nascimento, representante legal da empresa Maq-Larem Maquinas Moveis E Equipamentos Ltda.
Vigência: 27/08/2025 a 27/08/2026.
Valor Total: R\$ 8.400,00 (Oito mil e quatrocentos reais).
Recursos Financeiros:

Dotação Orçamentária	FR	Elemento de Despesa
34.101.04.122.5001.342041	1.5.00	33.90.39

Data da assinatura: 21/08/2025

João Pessoa, 26 de Agosto de 2025.

Ariosvaldo de Andrade Alves
Secretário de Administração

EXTRATO DE CONTRATO

Instrumento: Contrato n.º 06-375/2025.
Objeto: Aquisição de gênero de alimentação - padaria, para atender as necessidades da Secretaria de Educação e Cultura - SEDEC.
Partes: Prefeitura Municipal de João Pessoa e a empresa Flor do Vale Alimentos LTDA.
Processo: 19.281/2024 – 1/DOC
Modalidade: P. E. Nº 06-059/2024 ARP nº 005/2025.
Signatários: Secretária, a Sra. Maria América Assis de Castro, a Sra. Aureny Barbosa Bernardinho, representante legal da empresa Flor do Vale Alimentos LTDA.
Vigência: 25/08/2025 a 25/08/2026.
Valor Total: R\$ 732.011,69 (Setecentos e trinta e dois mil, onze reais, sessenta e nove centavos).
Recursos Financeiros:

Dotação Orçamentária	FR	Elemento de Despesa
10.101.12.306.5417.102514		
10.101.12.306.5417.102515		
10.101.12.306.5417.102516	1.5.00	
10.101.12.306.5417.102517	1.5.50	33.90.32
10.101.12.306.5417.102518	1.5.52	
10.101.12.306.5417.102519		

Data da assinatura: 25/08/2025

João Pessoa, 26 de Agosto de 2025.

Ariosvaldo de Andrade Alves
Secretário de Administração

EXTRATO DE CONTRATO

Instrumento: Contrato n.º 06-378/2025.
Objeto: Aquisição de material de limpeza, para atender as necessidades da Secretaria de Educação e Cultura - SEDEC.
Partes: Prefeitura Municipal de João Pessoa e a empresa MCM Distribuidora de Alimentos LTDA.
Processo: 25.236/2024– 1/DOC
Modalidade: P. E. Nº 06-023/2025 ARP nº 114/2025.
Signatários: Secretária, a Sra. Maria América Assis de Castro, a Sra. Tassia Bezerra Gomes, representante legal da empresa MCM Distribuidora de Alimentos LTDA.
Vigência: 26/08/2025 a 26/08/2026.
Valor Total: R\$ 157.098,78 (Cento e cinquenta e sete mil, noventa e oito reais, setenta e oito centavos).
Recursos Financeiros:

Dotação Orçamentária	FR	Elemento de Despesa
10.101.12.361.5417.102498	1.5.00	
10.101.12.361.5417.102498	1.5.40	
10.101.12.365.5417.102682	1.5.50	33.90.30
10.101.12.365.5417.102682	1.5.69	44.90.52

Data da assinatura: 26/08/2025

João Pessoa, 26 de Agosto de 2025.

Ariosvaldo de Andrade Alves
Secretário de Administração

EXTRATO DE CONTRATO

Instrumento: Contrato n.º 06-400/2025.
Objeto: Contratação de empresa especializada, na área de tecnologia da informação e comunicação ("tic") para prover plataforma corporativa inteligente de avaliação continuada de serviços públicos, diagnóstico de problemas, provimento de informações gerenciais, estatísticas multidimensionais para tomada de decisões, gestão e operação das ações de correções, business intelligence (bi), dashboards e cockpiots gerenciais, com serviços de licenciamento, implantação, treinamento, consultoria, operacionalização, análise, integração, manutenção, evolução e customizações, para atendimento das demandas do município de João Pessoa, promovendo capacidade para melhoria contínua e monitoramento da qualidade do atendimento aos cidadãos,, para atender as necessidades da Secretaria de Administração – SEAD.
Partes: Prefeitura Municipal de João Pessoa e a empresa Sogo Tecnologia E Serviços S/A.
Processo: 8.727/2024 – 1/DOC
Modalidade: P. E. Nº 06-047/2024 ARP nº 128/2024.
Signatários: Secretário, o Sr. Ariosvaldo de Andrade Alves, a Sra. Joelma Da Silva Aquino Saraiva, representante legal da empresa Sogo Tecnologia E Serviços S/A.
Vigência: 27/08/2025 a 27/08/2026.
Valor Total: R\$ 4.961.820,00 (quatro milhões novecentos e sessenta e um mil e oitocentos e vinte reais).
Recursos Financeiros:

Dotação Orçamentária	FR	Elemento de Despesa
16.101.04.122.5001.512300		
16.101.04.122.5001.512174	1.5.00	33.90.40

Data da assinatura: 26/08/2025

João Pessoa, 26 de Agosto de 2025.

Ariosvaldo de Andrade Alves
Secretário de Administração

EXTRATO DE ORDEM DE COMPRA

Instrumento: Ordem de Compra n.º 000.257/2025.
Objeto: Aquisição de material de limpeza, para atender as necessidades da Superintendência de Mobilidade Urbana - SEMOB.
Partes: Prefeitura Municipal de João Pessoa e a Empresa Nature Max Industria E Comercio De Produtos Naturais E Cosmeticos Ltda.
Processo: 25.236/2024
Modalidade: P.E nº 06-023/2025.
Vigência: 26/08/2025 a 26/08/2026
Valor Total: R\$ 24,60 (vinte e quatro reais e sessenta centavos).
Recursos Financeiros:

Dotação orçamentária	FR	Elemento de Despesa
71.202.04.122.5001.592041	1.7.52	33.90.30

Data da emissão: 26/08/2025.

João Pessoa, 26 de Agosto de 2025.

Ariosvaldo de Andrade Alves
Secretário de Administração

EXTRATO DE ORDEM DE COMPRA

Instrumento: Ordem de Compra n.º 000.258/2025.
Objeto: Aquisição de material de limpeza, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde - SMS.
Partes: Prefeitura Municipal de João Pessoa e a Empresa Nature Max Industria E Comercio De Produtos Naturais E Cosméticos Ltda.
Processo: 25.236/2024
Modalidade: P.E nº 06-023/2025.
Vigência: 26/08/2025 a 26/08/2026
Valor Total: R\$ 2.214,00 (dois mil, duzentos e quatorze reais).

Recursos Financeiros:

Dotação orçamentária	FR	Elemento de Despesa
13.301.10.301.5005.464497	2.6.00	33.90.30
13.301.10.302.5005.464498	1.6.00	
13.301.10.302.5005.464499	2.6.00	
13.301.10.302.5005.461484	1.5.00	44.90.52

Data da emissão: 26/08/2025.

João Pessoa, 26 de Agosto de 2025.

Ariosvaldo de Andrade Alves
Secretário de Administração

EXTRATO DE ORDEM DE COMPRA

Instrumento: Ordem de Compra n.º 000.259/2025.
Objeto: Aquisição de material de limpeza, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Educação e Cultura - SEDEC.
Partes: Prefeitura Municipal de João Pessoa e a Empresa Nature Max Industria E Comercio De Produtos Naturais E Cosméticos Ltda.
Processo: 25.236/2024
Modalidade: P.E nº 06-023/2025.
Vigência: 26/08/2025 a 26/08/2026
Valor Total: R\$ 1.762,59 (hum mil, setecentos e sessenta e dois reais e cinquenta e nove centavos).

Recursos Financeiros:

Dotação orçamentária	FR	Elemento de Despesa
10.101.12.361.5417.102498	1.5.00	33.90.30
	1.5.40	
	1.5.50	
10.101.12.361.5417.102498	1.5.00	44.90.52
	1.5.40	
	1.5.50	
10.101.12.365.5417.102682	1.5.00	33.90.30
	1.5.69	
	1.5.69	
10.101.12.365.5417.102682	1.5.00	44.90.52
	1.5.69	

Data da emissão: 26/08/2025.

João Pessoa, 26 de Agosto de 2025.

Ariosvaldo de Andrade Alves
Secretário de Administração

EXTRATO DE ORDEM DE COMPRA

Instrumento: Ordem de Compra n.º 000.260/2025.
Objeto: Aquisição de material de limpeza, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Juventude, Esporte e Recreação - SEJER.
Partes: Prefeitura Municipal de João Pessoa e a Empresa Picuhy Distribuidora Ltda.
Processo: 25.236/2024
Modalidade: P.E nº 06-023/2025.
Vigência: 26/08/2025 a 26/08/2026
Valor Total: R\$ 769,90 (setecentos e sessenta e nove reais e noventa centavos).

Recursos Financeiros:

Dotação orçamentária	FR	Elemento de Despesa
25.101.27.451.5427.257129	1.5.00	33.90.30
25.101.04.122.5111.252695		
25.101.27.812.5427.254410		

Data da emissão: 26/08/2025.

João Pessoa, 26 de Agosto de 2025.

Ariosvaldo de Andrade Alves
Secretário de Administração

EXTRATO DE ORDEM DE COMPRA

Instrumento: Ordem de Compra n.º 000.261/2025.
Objeto: Aquisição de material de limpeza, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Juventude, Esporte e Recreação - SEJER.
Partes: Prefeitura Municipal de João Pessoa e a Empresa Supra Distribuidora De Materiais Hospitalares Ltda.
Processo: 25.236/2024
Modalidade: P.E nº 06-023/2025.
Vigência: 26/08/2025 a 26/08/2026
Valor Total: R\$ 2.511,00 (dois mil, quinhentos e onze reais).

Recursos Financeiros:

Dotação orçamentária	FR	Elemento de Despesa
25.101.27.451.5427.257129	1.5.00	33.90.30
25.101.04.122.5111.252695		
25.101.27.812.5427.254410		

Data da emissão: 26/08/2025.

João Pessoa, 26 de Agosto de 2025.

Ariosvaldo de Andrade Alves
Secretário de Administração

EXTRATO DE ORDEM DE COMPRA

Instrumento: Ordem de Compra n.º 000.262/2025.
Objeto: Aquisição de material de limpeza, para atender as necessidades da Procuradoria Geral do Município - PROGEM.
Partes: Prefeitura Municipal de João Pessoa e a Empresa Achaki Comercial Ltda.
Processo: 25.236/2024
Modalidade: P.E nº 06-023/2025.
Vigência: 26/08/2025 a 26/08/2026
Valor Total: R\$ 766,70 (setecentos e sessenta e seis reais e setenta centavos).

Recursos Financeiros:

Dotação orçamentária	FR	Elemento de Despesa
05.101.04.122.5001.052646	1.5.00	33.90.30

Data da emissão: 26/08/2025.

João Pessoa, 26 de Agosto de 2025.

Ariosvaldo de Andrade Alves
Secretário de Administração

EXTRATO DE ORDEM DE COMPRA

Instrumento: Ordem de Compra n.º 000.263/2025.
Objeto: Aquisição de material de limpeza, para atender as necessidades da Procuradoria Geral do Município - PROGEM.
Partes: Prefeitura Municipal de João Pessoa e a Empresa Art Limp Ltda.
Processo: 25.236/2024
Modalidade: P.E nº 06-023/2025.
Vigência: 26/08/2025 a 26/08/2026
Valor Total: R\$ 14,07 (quatorze reais e sete centavos).

Recursos Financeiros:

Dotação orçamentária	FR	Elemento de Despesa
05.101.04.122.5001.052646	1.5.00	33.90.30

Data da emissão: 26/08/2025.

João Pessoa, 26 de Agosto de 2025.

Ariosvaldo de Andrade Alves
Secretário de Administração

EXTRATO DE ORDEM DE COMPRA

Instrumento: Ordem de Compra n.º 000.264/2025.
Objeto: Aquisição de material de limpeza, para atender as necessidades da Procuradoria Geral do Município - PROGEM.
Partes: Prefeitura Municipal de João Pessoa e a Empresa JSB Distribuidora Ltda.
Processo: 25.236/2024
Modalidade: P.E nº 06-023/2025.
Vigência: 26/08/2025 a 26/08/2026
Valor Total: R\$ 172,80 (cento e setenta e dois reais e oitenta centavos).

Recursos Financeiros:

Dotação orçamentária	FR	Elemento de Despesa
05.101.04.122.5001.052646	1.5.00	33.90.30

Data da emissão: 26/08/2025.

João Pessoa, 26 de Agosto de 2025.

Ariosvaldo de Andrade Alves
Secretário de Administração

EXTRATO DE ORDEM DE COMPRA

Instrumento: Ordem de Compra n.º 000.265/2025.
Objeto: Aquisição de material de limpeza, para atender as necessidades da Procuradoria Geral do Município - PROGEM.
Partes: Prefeitura Municipal de João Pessoa e a Empresa MCM Distribuidora De Alimentos Ltda.
Processo: 25.236/2024
Modalidade: P.E nº 06-023/2025.
Vigência: 26/08/2025 a 26/08/2026
Valor Total: R\$ 297,50 (duzentos e noventa sete reais e cinquenta centavos).

Recursos Financeiros:

Dotação orçamentária	FR	Elemento de Despesa
05.101.04.122.5001.052646	1.5.00	33.90.30

Data da emissão: 26/08/2025.

João Pessoa, 26 de Agosto de 2025.

Ariosvaldo de Andrade Alves
Secretário de Administração

EXTRATO DE ORDEM DE COMPRA

Instrumento: Ordem de Compra n.º 000.266/2025.
Objeto: Aquisição de material de limpeza, para atender as necessidades da Procuradoria Geral do Município - PROGEM.
Partes: Prefeitura Municipal de João Pessoa e a Empresa Nature Max Industria E Comercio De Produtos Naturais E Cosméticos Ltda.
Processo: 25.236/2024
Modalidade: P.E nº 06-023/2025.
Vigência: 26/08/2025 a 26/08/2026
Valor Total: R\$ 3,69 (três reais e sessenta nove centavos).

Recursos Financeiros:

Dotação orçamentária	FR	Elemento de Despesa
05.101.04.122.5001.052646	1.5.00	33.90.30

Data da emissão: 26/08/2025.

João Pessoa, 26 de Agosto de 2025.

Ariosvaldo de Andrade Alves
Secretário de Administração

EXTRATO DE ORDEM DE COMPRA

Instrumento: Ordem de Compra n.º 000.267/2025.
Objeto: Aquisição de material de limpeza, para atender as necessidades da Procuradoria Geral do Município - PROGEM.
Partes: Prefeitura Municipal de João Pessoa e a Empresa Picuhy Distribuidora Ltda.
Processo: 25.236/2024
Modalidade: P.E nº 06-023/2025.
Vigência: 26/08/2025 a 26/08/2026
Valor Total: R\$ 101,64 (cento e um reais e sessenta quatro centavos).

Recursos Financeiros:

Dotação orçamentária	FR	Elemento de Despesa
05.101.04.122.5001.052646	1.5.00	33.90.30

Data da emissão: 26/08/2025.

João Pessoa, 26 de Agosto de 2025.

Ariosvaldo de Andrade Alves
Secretário de Administração

EXTRATO DE ORDEM DE COMPRA

Instrumento: Ordem de Compra n.º 000.268/2025.
Objeto: Aquisição de material de limpeza, para atender as necessidades da Procuradoria Geral do Município - PROGEM.
Partes: Prefeitura Municipal de João Pessoa e a Empresa Supra Distribuidora De Materiais Hospitalares Ltda.
Processo: 25.236/2024
Modalidade: P.E nº 06-023/2025.
Vigência: 26/08/2025 a 26/08/2026
Valor Total: R\$ 146,93 (cento e quarenta seis reais e noventa três centavos).

Recursos Financeiros:

Dotação orçamentária	FR	Elemento de Despesa
05.101.04.122.5001.052646	1.5.00	33.90.30

Data da emissão: 26/08/2025.

João Pessoa, 26 de Agosto de 2025.

Ariosvaldo de Andrade Alves
Secretário de Administração



VERIFICAÇÃO DAS
ASSINATURAS



Código para verificação: FA91-EF24-01A0-130B

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

✓ ARIOSVALDO DE ANDRADE ALVES (CPF 007.XXX.XXX-05) em 26/08/2025 16:10:40 GMT-03:00
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://joapessoa.1doc.com.br/verificacao/FA91-EF24-01A0-130B>

EXTRATO DE REGISTRO DE PREÇOS

Pregão Eletrônico SRP nº 06.028/2025 Processo Administrativo nº 4.515/2025 Objeto: "REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE GÁS DE COZINHA PARA ATENDER AS NECESSIDADES DOS ÓRGÃOS/ENTIDADES DEMANDANTES". A Secretária de Administração do Município de João Pessoa, de acordo com as atribuições que lhes foram conferidas, em conformidade com o resultado do Pregão Eletrônico N.º 06.028/2025, devidamente homologado, resolve, nos termos da Lei nº. 14.133/2021, do Decretos Municipais nº 10.445/2023 alterado pelo decreto 10.563/2024 e das demais normas legais aplicáveis, tornar público o Extrato da Ata de Registro de Preços de nº 163.2025 do presente Pregão Eletrônico nº 06.028/2025. **Empresa Vencedora:** ANDRE AUGUSTO TRUTA FELIPE **CNPJ:** 18.474.659/0002-26 **Endereço:** RUA DINO GUEDES, SN, JATIBA-PATOS, PB **Tel:** (83) 991060818 **E-mail:** charles.wende@hotmail.com

VALOR TOTAL: R\$ 66.830,00 (SESSENTA E SEIS MIL OITOCENTOS E TRINTA REAIS).
Vigência: 12 meses a partir da sua publicação no Diário Oficial do Município. Ata disponível no endereço eletrônico: <https://transparencia.joaopessoa.pb.gov.br>

João Pessoa-PB, 26 de Agosto de 2025.

ARIOSVALDO DE ANDRADE ALVES
Secretário de Administração

EXTRATO DE REGISTRO DE PREÇOS

Pregão Eletrônico SRP nº 06.028/2025 Processo Administrativo nº 4.515/2025 Objeto: "REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE GÁS DE COZINHA PARA ATENDER AS NECESSIDADES DOS ÓRGÃOS/ENTIDADES DEMANDANTES". A Secretária de Administração do Município de João Pessoa, de acordo com as atribuições que lhes foram conferidas, em conformidade com o resultado do Pregão Eletrônico N.º 06.028/2025, devidamente homologado, resolve, nos termos da Lei nº. 14.133/2021, do Decretos Municipais nº 10.445/2023 alterado pelo decreto 10.563/2024 e das demais normas legais aplicáveis, tornar público o Extrato da Ata de Registro de Preços de nº 164.2025 do presente Pregão Eletrônico nº 06.028/2025. **Empresa Vencedora:** SOS GÁS **CNPJ:** 09.266.128/0001-76 **Endereço:** AVENIDA GENERAL BENTO DA GAMA, 300 - TORRE - JOÃO PESSOA - PB CEP 58040-090 **Tel:** (83) 3241-7886 **E-mail:** gustavo@grupososg.com.br

VALOR TOTAL: R\$ 2.411.660,80 (DOIS MILHÕES QUATROCENTOS E ONZE MIL SEISCENTOS E SESSENTA REAIS E OITENTA CENTAVOS).
Vigência: 12 meses a partir da sua publicação no Diário Oficial do Município. Ata disponível no endereço eletrônico: <https://transparencia.joaopessoa.pb.gov.br>

João Pessoa-PB, 26 de Agosto de 2025.

ARIOSVALDO DE ANDRADE ALVES
Secretário de Administração

EXTRATO DE REGISTRO DE PREÇOS

Pregão Eletrônico SRP nº 06.028/2025 Processo Administrativo nº 4.515/2025 Objeto: "REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE GÁS DE COZINHA PARA ATENDER AS NECESSIDADES DOS ÓRGÃOS/ENTIDADES DEMANDANTES". A Secretária de Administração do Município de João Pessoa, de acordo com as atribuições que lhes foram conferidas, em conformidade com o resultado do Pregão Eletrônico N.º 06.028/2025, devidamente homologado, resolve, nos termos da Lei nº. 14.133/2021, do Decretos Municipais nº 10.445/2023 alterado pelo decreto 10.563/2024 e das demais normas legais aplicáveis, tornar público o Extrato da Ata de Registro de Preços de nº 165.2025 do presente Pregão Eletrônico nº 06.028/2025. **Empresa Vencedora:** SOS GÁS DISTRIBUIDORA LTDA **CNPJ:** 11.893.112/0001-35 **Endereço:** RUA JOSE TOLentino SOBRINHO, 134 - DISTRITO INDUSTRIAL - JOÃO PESSOA - PB CEP 58082-000 **Tel:** (083) 3234-2000 **E-mail:** gustavo@grupososg.com.br

VALOR TOTAL: R\$ 359.700,00 (TREZENTOS E CINQUENTA E NOVE MIL E SETECENTOS REAIS).
Vigência: 12 meses a partir da sua publicação no Diário Oficial do Município. Ata disponível no endereço eletrônico: <https://transparencia.joaopessoa.pb.gov.br>

João Pessoa-PB, 26 de Agosto de 2025.

ARIOSVALDO DE ANDRADE ALVES
Secretário de Administração



VERIFICAÇÃO DAS
ASSINATURAS



Código para verificação: E2DB-C386-F155-A085

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

✓ ARIOSVALDO DE ANDRADE ALVES (CPF 007.XXX.XXX-05) em 26/08/2025 14:43:10 GMT-03:00
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://joaopessoa.1doc.com.br/verificacao/E2DB-C386-F155-A085>

EXTRATO Nº. 587/2025 DO TERMO ADITIVO Nº. 002/2025 AO CONTRATO Nº. 10.834/2024 PARA ALTERAR A(S) CLÁUSULA(S) 3 e 4 REFERENTE AO (À) REABERTURA DE PROCESSO, PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAR SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA, COM REPOSIÇÃO DE PEÇAS, EM SISTEMAS DIGITALIZADORES DE IMAGENS RADIOGRÁFICAS E IMPRESSORAS DE FILMES RADIOLÓGICOS, PERTENCENTES À SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE JOÃO PESSOA, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA, ATRAVÉS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E TM SOLUÇÕES INTEGRADAS EIRELI – ME, ENTIDADE CONTRATADA EM VIRTUDE DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 13.089/2023.

Processo Administrativo nº. 20.685/2025

OBJETIVO: Alteração da (s) cláusula (s) 3 e 4:

3. PREÇO

3.1 A Contratante pagará à Contratada o valor global de **R\$ 275.478,00 (DUZENTOS E SETENTA E CINCO QUATROCENTOS E SETENTA E OITO REAIS)**, correspondente à execução do objeto do presente contrato e ao decréscimo de 22,22% (vinte e dois virgula vinte e dois por cento), conforme o Anexo do contrato, correspondente à contratação do objeto do presente contrato.

3.2. O valor do decréscimo de 22,22% (vinte e dois virgula vinte e dois por cento), sobre o valor global do contrato, nos termos da Lei nº. 8.666/93, foi de **R\$ 78.702,00 (SETENTA E OITO MIL SETESSENTOS E DOIS REAIS)**.

4.DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1 Os recursos financeiros necessários para o custeio do Contrato são os seguintes:

13.301.10.302.5005.464498 - MAC - REDE HOSPITALAR - MANter E IMPLEMENTAR OS SERVIÇOS DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE.

o ELEMENTO DE DESPESA: 33.90.39 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

o FONTE DE RECURSOS: 1500 – ORDINÁRIOS

o FONTE DE RECURSOS: 1600 – SUS

As demais Cláusulas do Contrato permanecem inalteráveis.

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
CONTRATADO (A): TM SOLUÇÕES INTEGRADAS EIRELI – ME
DATA DA ASSINATURA: 26 DE AGOSTO DE 2025

LUIS FERREIRA DE SOUSA FILHO
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE/PMJP



VERIFICAÇÃO DAS
ASSINATURAS



Código para verificação: F60B-60C9-EFFA-151A

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

✓ LUIS FERREIRA DE SOUSA FILHO (CPF 048.XXX.XXX-89) em 26/08/2025 10:09:47 GMT-03:00
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://joaopessoa.1doc.com.br/verificacao/F60B-60C9-EFFA-151A>

Assinado por 1 pessoa: ARIOSVALDO DE ANDRADE ALVES
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://joaopessoa.1doc.com.br/verificacao/E2DB-C386-F155-A085>

Assinado por 1 pessoa: LUIS FERREIRA DE SOUSA FILHO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://joaopessoa.1doc.com.br/verificacao/F60B-60C9-EFFA-151A>

EXTRATO DE CONTRATO

Instrumento: Contrato nº 10.050/2025

Objeto: aquisição de materiais de pintura destinados à execução de serviços de conservação, manutenção e restauração para a rede municipal de Ensino de João Pessoa.

Partes: Secretaria de Educação e Cultura do Município de João Pessoa e CONDE COMERCIO DE MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA, CNPJ Nº 27.073.801/0001-33.

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 30.168/2024
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 10.001/2025

Signatários: Sra. Maria América Assis de Castro, pela Secretaria de Educação e Cultura, e o Sr. Felipe Gustavo Borges da Silva pela empresa CONDE COMERCIO DE MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA.

Classificação: 10.101.12.361.5417.102498; 10.101.12.365.5417.102682; 10.101.12.122.5417.102785.
Natureza: 3.3.90.30

Fonte: 500 -Recursos não vinculados de impostos
540 – FUNDEB
543 -FUNDEB-Complementação da União VAAR;
550 – FNDE – SALÁRIO EDUCAÇÃO
569 – Outras transferências de recursos FNDE – ETI, Lei nº 14.640/2023, FOMENTO DE MATRÍCULAS EM REDES – ESCOLA EM TEMPO INTEGRAL
569 – Outras Transferências de Recursos FNDE – Resolução nº 18 de setembro de 2023 - ETI, LEI Nº 14.640/2023, FORMENTO DE MATRÍCULAS EM REDES – ESCOLA EM TEMPO INTEGRAL.

Vigência: O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados da data de publicação do seu extrato no Diário Oficial do Município, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133/2021 e Decreto Municipal 10.445/2023.

VALOR GLOBAL: R\$ 22.355,00 (vinte e dois mil, trezentos e cinquenta e cinco reais).

João Pessoa, data da assinatura eletrônica.

Maria América Assis de Castro
Secretária de Educação e Cultura

Assinado por 1 pessoa: MARIA AMERICA ASSIS DE CASTRO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://joaopessoa.1doc.com.br/verificacao/4594-FF18-BA91-CBEB>



VERIFICAÇÃO DAS
ASSINATURAS



Código para verificação: 4594-FF18-BA91-CBEB

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

✓ MARIA AMERICA ASSIS DE CASTRO (CPF 308.XXX.XXX-78) em 25/08/2025 21:10:39 GMT-03:00
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://joaopessoa.1doc.com.br/verificacao/4594-FF18-BA91-CBEB>

EXTRATO DE CONTRATO

Instrumento: Contrato nº 10.067/2025

Objeto: Aquisição de materiais de hidráulica destinados à execução de serviços de conservação, manutenção e restauração para a rede municipal de Ensino de João Pessoa.

Partes: Secretaria de Educação e Cultura do Município de João Pessoa e CONDE COMERCIO DE MATERIAL DE CONSTRUCAO LTDA, CNPJ Nº 27.073.801/0001-33.

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2.317/2025
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 10.004/2025

Signatários: Sra. Maria América Assis de Castro, pela Secretaria de Educação e Cultura, e o Sr. Felipe Gustavo Borges da Silva, pela empresa CONDE COMERCIO DE MATERIAL DE CONSTRUCAO LTDA.

Classificação: 10.101.12.361.5417.102498; 10.101.12.365.5417.102682;
10.101.12.122.5417.102785.
Natureza: 3.3.90.30.

Fonte: 500 -Recursos não vinculados de impostos;
540 – FUNDEB 30%
543 - FUNDEB – Complementação de União VAAR;
550 – FNDE – SALÁRIO EDUCAÇÃO;
569 – Outras Transferências de Recursos FNDE – Resolução nº 18 de setembro de 2023 - ETI, LEI Nº 14.640/2023 - RESOLUÇÃO Nº 18 DE 27 DE SETEMBRO DE 2023 - FOMENTO DE MATRÍCULAS EM REDES – ESCOLA EM TEMPO INTEGRAL;
569 – Outras transferências de recursos FNDE – MANUTENÇÃO ED. INFANTIL – Novas Turmas- Resolução CD/FNDE nº 16, de 16 de maio de 2013.

Vigência: O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados da data de publicação do seu extrato no Diário Oficial do Município, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133/2021 e Decreto Municipal 10.445/2023.

VALOR GLOBAL: R\$11.859,25 (Onze mil, oitocentos e cinquenta e nove reais e vinte e cinco centavos).

João Pessoa, data da assinatura eletrônica.

Maria América Assis de Castro
Secretária de Educação e Cultura

Assinado por 1 pessoa: MARIA AMERICA ASSIS DE CASTRO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://joaopessoa.1doc.com.br/verificacao/CEE3-304C-2DF6-9EB8>



VERIFICAÇÃO DAS
ASSINATURAS



Código para verificação: CEE3-304C-2DF6-9EB8

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

✓ MARIA AMERICA ASSIS DE CASTRO (CPF 308.XXX.XXX-78) em 25/08/2025 21:09:40 GMT-03:00
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://joaopessoa.1doc.com.br/verificacao/CEE3-304C-2DF6-9EB8>

EXTRATO DE CONTRATO

Instrumento: Contrato nº 10.091/2025

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA O FORNECIMENTO DE 02 (DOIS) TRANSFORMADORES DE 150 KVA, COM TENSÃO DE 13,8 KV/ 380/220V, COM O OBJETIVO DE MELHORAR A INFRAESTRUTURA ELÉTRICA E GARANTIR O FUNCIONAMENTO ADEQUADO DAS UNIDADES DE ENSINO.

Partes: Secretaria de Educação e Cultura do Município de João Pessoa e SINTONIA COMERCIAL LTDA, CNPJ Nº 48.988.446/0001-00.

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 14.270/2025
DISPENSA ELETRÔNICA DE Nº 10.002/2025

Signatários: Sra. Maria América Assis de Castro, pela Secretaria de Educação e Cultura, e o Sr. Suze Carvalho e Carvalho, pela empresa SINTONIA COMERCIAL LTDA.

Classificação: 10.101.12.122.5417.102896
Natureza: 4.4.90.51

Fonte: 500 -Recursos não vinculados de impostos
540 – FUNDEB 30%;
543 – FUNDEB – Complementação da União VAAR;
550 - FNDE (Salário-Educação);
569 – Outras Transferências de Recursos FNDE – ETI, LEI Nº 14.640/2023 - RESOLUÇÃO Nº 18 DE 27 DE SETEMBRO DE 2023 - FOMENTO DE MATRÍCULAS EM REDES – ESCOLA EM TEMPO INTEGRAL.

Vigência: O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, contados da data de publicação do seu extrato no Diário Oficial do Município, ou outro meio válido para dar publicidade, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

VALOR GLOBAL: R\$50.800,00 (Cinquenta mil e oitocentos reais).

João Pessoa, data da assinatura eletrônica.

Maria América Assis de Castro
Secretária de Educação e Cultura



VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: 6419-8A12-4EAB-93AB

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

✓ MARIA AMERICA ASSIS DE CASTRO (CPF 308.XXX.XXX-78) em 25/08/2025 16:58:03 GMT-03:00
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://joaopessoa.1doc.com.br/verificacao/6419-8A12-4EAB-93AB>

EXTRATO DE TERMO DE FOMENTO

Instrumento: Termo de Fomento 39/2025
Concedente: Prefeitura Municipal de João Pessoa, por meio da Secretaria de Direitos Humanos e Cidadania.
Conveniente: CASA DA PAZ MARIA DE NAZARÉ
CNPJ: 03.851.116/0001-22
Representante Legal: SHEILA DE OLIVEIRA SILVA
Objeto: Repasse de subvenções sociais, cujo Plano de Trabalho da Conveniente foi devidamente aprovado pela SEDHUC, com recursos de Emenda Impositiva.
Vigência: A partir da data da assinatura a 31 de julho de 2026.
Valor do Repasse: R\$ 70.000,00 (setenta mil reais)
Classificação Orçamentária: 72302 288455157.617059
Fonte 1.5.00 - Natureza da Despesa: 44.50.42

João Pessoa, 25 de agosto de 2025.

MARCIO DIEGO FERNANDES TAVARES DE ALBUQUERQUE
SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA



VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: DFC3-88C4-33D3-AA88

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

✓ MÁRCIO DIEGO F TAVARES DE ALBUQUERQUE (CPF 011.XXX.XXX-02) em 25/08/2025 10:49:02 GMT-03:00
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://joaopessoa.1doc.com.br/verificacao/DFC3-88C4-33D3-AA88>

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Instrumento: Termo de Fomento Nº 55/2024
Concedente: Prefeitura Municipal de João Pessoa, por meio da Secretaria de Direitos Humanos e Cidadania.
Conveniente: INSTITUTO BRASILEIRO DE ASSISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL-IBRADES
CNPJ: 19.345.330/0001-47
Representante Legal: FERNANDA BARRETO PERAZZO FIGUEIREDO DE ALBUQUERQUE
Objeto: Aditivo de prazo.
Vigência: A partir da data da assinatura até 30 de Setembro de 2025.
II - Publica-se, por força do tempo, de forma retroativa, o extrato do Termo de fomento nº 55/2024 celebrado, conforme os registros administrativos.

João pessoa, 21 de Agosto de 2025.

MARCIO DIEGO FERNANDES TAVARES DE ALBUQUERQUE
SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA

Assinado por 1 pessoa: MARCIO DIEGO F TAVARES DE ALBUQUERQUE
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://joaopessoa.1doc.com.br/verificacao/DFC3-88C4-33D3-AA88> e informe o código DFC3-88C4-33D3-AA88





VERIFICAÇÃO DAS
ASSINATURAS



Código para verificação: 4D51-B577-C5A9-5DED

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

✓ MÂRCIO DIEGO F TAVARES DE ALBUQUERQUE (CPF 011.XXX.XXX-02) em 25/08/2025 16:31:23
GMT-03:00
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://joapessoa.1doc.com.br/verificacao/4D51-B577-C5A9-5DED>



PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA
COMISSÃO SETORIAL DE LICITAÇÃO

EXTRATO DE APOSTILAMENTO

4º TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO Nº 11.116/2024
CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 11.037/2024

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de João Pessoa, através da Secretaria de Infraestrutura, com sede na Avenida Rio Grande do Sul, nº 721, bairro dos Estados, João Pessoa-PB, neste ato representada pelo Secretário de Infraestrutura Rubens Falcão da Silva Neto.
CONTRATADO: TUDO AQUI EM CONSTRUÇÃO LTDA, INSCRITA NO CNPJ SOB O Nº 41.111.808/0001-23
OBJETO: Contratação de empresa especializada para a obra de Construção das Praças Ilha do Bispo, Josenildo José da Silva, Guilherme Brito de Holanda e Antônio Mariz, nos bairros Ilha do Bispo, Ipês, Pedro Gondim e Alto do Mateus, respectivamente, na cidade de João Pessoa/PB.
INSTRUMENTOS VINCULANTES: CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 11.037/2024, Processo Administrativo nº 17.788/2024; Contrato nº 11.116/2024/SEINFRA; Memorando Interno: 131.113/2025
FUNDAMENTO: Tal procedimento fundamentou-se no Art. 136 da Lei 14.133/21, do Contrato nº 11.116/2024, visando a alteração de dotação orçamentária, na Cláusula Quinta – Dos Recursos Financeiros

Onde se lê:
Classificação Funcional:
11000.11101.15.452.5099.111050 CONSTRUÇÃO, REFORMA, AMPLIAÇÃO, REVITALIZAÇÃO E RECUPERAÇÃO DE PRAÇAS, CALÇADAS, CALÇADÕES
Natureza da despesa:
44.90.51 – OBRAS E INSTALAÇÕES
Fonte de Recursos:
1.7.59 – Recursos Vinculados a Fundos
1.5.00 – Recursos Próprios

Leia-se:
Classificação Funcional:
11000.11101.15.452.5099.111050 CONSTRUÇÃO, REFORMA, AMPLIAÇÃO, REVITALIZAÇÃO E RECUPERAÇÃO DE PRAÇAS, CALÇADAS, CALÇADÕES
11000.11101.04.122.5099.111086 CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO, REFORMA E RECUPERAÇÃO DE PRÓPRIOS MUNICIPAIS
Natureza da despesa:
44.90.51 – OBRAS E INSTALAÇÕES
Fonte de Recursos:
1.7.59 – Recursos Vinculados a Fundos
1.5.00 – Recursos Próprios

João Pessoa, data da assinatura eletrônica

RUBENS FALCÃO DA SILVA NETO
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA/PMJP



VERIFICAÇÃO DAS
ASSINATURAS



Código para verificação: B4CC-DC30-0A80-53A5

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

✓ RUBENS FALCAO DA SILVA NETO (CPF 338.XXX.XXX-87) em 26/08/2025 13:36:21 GMT-03:00
Papel: Parte
Emitido por: AC CNDL RFB v3 << AC Secretaria da Receita Federal do Brasil v4 << Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v5 (Assinatura ICP-Brasil)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://joapessoa.1doc.com.br/verificacao/B4CC-DC30-0A80-53A5>



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA

EXTRATO DE ADITIVO DA CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 11.009/2023
2º Termo Aditivo ao Contrato nº 11.074/2024 – PARA A EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE AMPLIAÇÃO, REFORMA E MANUTENÇÃO DAS CREIS: CREI NOSSA SENHORA DE FÁTIMA, NO BAIRRO DO TIMBÓ; CREI DOM MARCELO, NO BAIRRO DE PARATIBE; CREI ARTHUR BELARMINO, NO BAIRRO DOS BANCÁRIOS; CREI MARIA AUXILIADORA, NO BAIRRO PLANALTO BOA ESPERANÇA, EM JOÃO PESSOA/PB.
MEMORANDO: 117.597/2025
CONTRATANTE: Município de João Pessoa.
CONTRATADA: MPA CONSTRUÇÕES E PARTICIPAÇÕES LTDA.
OBJETO: – É objeto do presente Aditivo o acréscimo de serviços em R\$ 494.976,66, assim como a prorrogação do prazo de execução e vigência contratual em 04 (quatro) meses.
BASE LEGAL: Lei 8.666/93.
SIGNATÁRIOS: Rubens Falcão da Silva Neto e Maria América Assis de Castro/PMJP e Paulo Roberto Patente / MPA CONSTRUÇÕES E PARTICIPAÇÕES LTDA.

João Pessoa, 20 de agosto de 2025

Maria América Assis de Castro
Secretária Municipal de Educação e Cultura

Rubens Falcão da Silva Neto
Secretário Municipal de Infraestrutura



PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO – IPMJP

EXTRATO DE ORDEM DE COMPRA
ORDEM DE COMPRA Nº 63.018/2025
CHAVE CGM: YR5K-FCC0-1ZSC-KAU0

Dispensa de Licitação 63.007/2025. Processo: 4.663/2025
Contratante: Instituto de Previdência do Município de João Pessoa/PB – IPMJP, CNPJ: 40.955.403/0001-09
Contratado: HC DISTRIBUIDORA LTDA. CNPJ: 20.873.342/0001-23
Objeto: Aquisição de Material de Limpeza.
Valor: R\$ 6.205,42 (seis mil e duzentos e cinco reais e quarenta e dois centavos)
Vigência: 31/12/2025
Dotação Orçamentária:
Classificação Funcional: (06.201) 09.122.5001.062603
Elemento De Despesa: 3.3.90.30
Fonte De Recursos: 1.801.012111

CAROLINE FERREIRA AGRA
Superintendente



VERIFICAÇÃO DAS
ASSINATURAS



Código para verificação: EB67-9ACF-8700-EA4B

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

✓ CAROLINE FERREIRA AGRA (CPF 024.XXX.XXX-08) em 26/08/2025 10:57:38 GMT-03:00
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://joapessoa.1doc.com.br/verificacao/EB67-9ACF-8700-EA4B>

Assinado por 2 pessoas: RUBENS FALCAO DA SILVA NETO e MARIA AMERICA ASSIS DE CASTRO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://joapessoa.1doc.com.br/verificacao/B4CC-DC30-0A80-53A5>



Assinado por 1 pessoa: CAROLINE FERREIRA AGRA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://joapessoa.1doc.com.br/verificacao/EB67-9ACF-8700-EA4B>





INSTITUTO CÂNDIDA VARGAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA

INSTITUTO CÂNDIDA VARGAS

Assessoria Jurídica



EXTRATO N.º 178/2025

O Instituto Cândida Vargas, ora Contratante, torna público, na forma da Lei Federal nº. 14.133/2021 e suas alterações posteriores, **PARA AQUISIÇÃO INSUMOS PARA O CME (CENTRO DE MATERIAL DE ESTERILIZAÇÃO) DO INSTITUTO CÂNDIDA VARGAS**, de modo a atender as finalidades precípuas da Administração, **terá vigência até o final do exercício financeiro**, relativos ao Pregão Eletrônico 62.005/2025, nos Recursos Financeiros e na seguinte dotação orçamentária:

- 452110 - Assistência Ambulatorial e Hospitalar;
- 3.3.90.30 - Elemento de Despesa: Material de Consumo;
- 1.6.59.01 - Fonte de Recursos: Outros Recursos Vinculados à Saúde;

CONTRATO	CONTRATADA	VALOR	DATA
62.337/2025	MEDS COMERCIO DE MEDICAMENTOS, PRODUTOS E EQUIPAMENTOS HOSPITALARES LTDA-ME	R\$ 4.944,00 (Quatro mil, Novecentos e Quarenta e Quatro Reais)	26 de agosto de 2025

INSTITUTO CÂNDIDA VARGAS/PMJP

QUINTINO REGIS DE BRITO NETO

Diretor Geral do Instituto Cândida Vargas

CONTRATANTE



VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS

Código para verificação: 0D4C-BDEC-4392-87B7

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

✓

QUINTINO REGIS DE BRITO NETO (CPF 072.XXX.XXX-34) em 26/08/2025 13:18:21 GMT-03:00

Papel: Parte

Emittido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://joापessoa.1doc.com.br/verificacao/0D4C-BDEC-4392-87B7>

EXTRATO N.º 179/2025

O Instituto Cândida Vargas, ora Contratante, torna público, na forma da Lei Federal nº. 14.133/2021 e suas alterações posteriores, **PARA AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS INJETÁVEIS PARA O INSTITUTO CÂNDIDA VARGAS**, de modo a atender as finalidades precípuas da Administração, **terá vigência até o final do exercício financeiro**, relativos ao Pregão Eletrônico 62.016/2025, nos Recursos Financeiros e na seguinte dotação orçamentária:

- 452110 - Assistência Ambulatorial e Hospitalar;
- 3.3.90.30 - Elemento de Despesa: Material de Consumo;
- 1.6.59.01 - Fonte de Recursos: Outros Recursos Vinculados à Saúde;

CONTRATO	CONTRATADA	VALOR	DATA
62.347/2025	PANORAMA COMERCIO DE PRODUTOS MEDICOS E FARMACEUTICOS LTDA	R\$ 59.940,00 (Cinquenta e Nove mil, Novecentos e Quarenta Reais)	26 de agosto de 2025

INSTITUTO CÂNDIDA VARGAS/PMJP

QUINTINO REGIS DE BRITO NETO

Diretor Geral do Instituto Cândida Vargas

CONTRATANTE



VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS

Código para verificação: 7C0E-D9AB-7474-2335

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

✓

QUINTINO REGIS DE BRITO NETO (CPF 072.XXX.XXX-34) em 26/08/2025 13:20:15 GMT-03:00

Papel: Parte

Emittido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://joापessoa.1doc.com.br/verificacao/7C0E-D9AB-7474-2335>



VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS

Código para verificação: 7C0E-D9AB-7474-2335

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

✓

QUINTINO REGIS DE BRITO NETO (CPF 072.XXX.XXX-34) em 26/08/2025 13:20:15 GMT-03:00

Papel: Parte

Emittido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://joापessoa.1doc.com.br/verificacao/7C0E-D9AB-7474-2335>

EXTRATO N.º 180/2025

O Instituto Cândida Vargas, ora Contratante, torna público, na forma da Lei Federal nº. 14.133/2021 e suas alterações posteriores, **PARA AQUISIÇÃO INSUMOS PARA O CME (CENTRO DE MATERIAL DE ESTERILIZAÇÃO) DO INSTITUTO CÂNDIDA VARGAS**, de modo a atender as finalidades precípuas da Administração, **terá vigência até o final do exercício financeiro**, relativos ao Pregão Eletrônico 62.005/2025, nos Recursos Financeiros e na seguinte dotação orçamentária:

- 452110 - Assistência Ambulatorial e Hospitalar;
- 3.3.90.30 - Elemento de Despesa: Material de Consumo;
- 1.6.59.01 - Fonte de Recursos: Outros Recursos Vinculados à Saúde;

CONTRATO	CONTRATADA	VALOR	DATA
62.336/2025	IS 8 INTERNATIONAL SUPPLIES IMPORTACAO E COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	R\$ 1.567,50 (Um mil, Quinhentos e Sessenta e Sete Reais e Cinquenta centavos)	26 de agosto de 2025

INSTITUTO CÂNDIDA VARGAS/PMJP

QUINTINO REGIS DE BRITO NETO

Diretor Geral do Instituto Cândida Vargas

CONTRATANTE



VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS

Código para verificação: B97A-BF8F-8036-6781

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

✓

QUINTINO REGIS DE BRITO NETO (CPF 072.XXX.XXX-34) em 26/08/2025 13:22:06 GMT-03:00

Papel: Parte

Emittido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://joापessoa.1doc.com.br/verificacao/B97A-BF8F-8036-6781>

EXTRATO N.º 181/2025

O Instituto Cândida Vargas, ora Contratante, torna público, na forma da Lei Federal nº. 14.133/2021 e suas alterações posteriores, **PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAL PERFUROCORTANTE PARA O INSTITUTO CÂNDIDA VARGAS**, de modo a atender as finalidades precípuas da Administração, **terá vigência até o final do exercício financeiro**, relativos ao Pregão Eletrônico 62.010/2025, nos Recursos Financeiros e na seguinte dotação orçamentária:

- 452110 - Assistência Ambulatorial e Hospitalar;
- 3.3.90.30 - Elemento de Despesa: Material de Consumo;
- 1.6.59.01 - Fonte de Recursos: Outros Recursos Vinculados à Saúde;

CONTRATO	CONTRATADA	VALOR	DATA
62.342/2025	PAULO CESAR DE MENDONCA LTDA-ME	R\$ 36.347,50 (Trinta e Seis mil, Trezentos e Quarenta e Sete Reais e Cinquenta centavos)	26 de agosto de 2025

INSTITUTO CÂNDIDA VARGAS/PMJP
QUINTINO REGIS DE BRITO NETO
Diretor Geral do Instituto Cândida Vargas
CONTRATANTE



VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: E45B-11BE-BA5D-6763

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

- ✓ QUINTINO REGIS DE BRITO NETO (CPF 072.XXX.XXX-34) em 26/08/2025 13:25:38 GMT-03:00
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://joaopessoa.1doc.com.br/verificacao/E45B-11BE-BA5D-6763>

EXTRATO N.º 182/2025

O Instituto Cândida Vargas, ora Contratante, torna público, na forma da Lei Federal nº. 14.133/2021 e suas alterações posteriores, **PARA AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS INJETÁVEIS PARA O INSTITUTO CÂNDIDA VARGAS**, de modo a atender as finalidades precípuas da Administração, **terá vigência até o final do exercício financeiro**, relativos ao Pregão Eletrônico 62.016/2025, nos Recursos Financeiros e na seguinte dotação orçamentária:

- 452110 - Assistência Ambulatorial e Hospitalar;
- 3.3.90.30 - Elemento de Despesa: Material de Consumo;
- 1.6.59.01 - Fonte de Recursos: Outros Recursos Vinculados à Saúde;

CONTRATO	CONTRATADA	VALOR	DATA
62.346/2025	WORLD COMERCIO DE MEDICAMENTOS E MATERIAL HOSPITALAR LTDA	R\$ 25.694,50 (Vinte e Cinco mil, Seiscentos e Noventa e Quatro Reais e Cinquenta centavos)	26 de agosto de 2025

INSTITUTO CÂNDIDA VARGAS/PMJP
QUINTINO REGIS DE BRITO NETO
Diretor Geral do Instituto Cândida Vargas
CONTRATANTE



VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: 7C6B-D930-EE71-336B

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

- ✓ QUINTINO REGIS DE BRITO NETO (CPF 072.XXX.XXX-34) em 26/08/2025 13:33:02 GMT-03:00
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://joaopessoa.1doc.com.br/verificacao/7C6B-D930-EE71-336B>



EXTRATO DE CONTRATO

EXTRATO DO CONTRATO DE N.º 0560/2025.
CONTRATANTE: FUNDAÇÃO CULTURAL DE JOÃO PESSOA - FUNJOPE.
CONTRATADO (A): GRUPO TÁBLZ.
OBJETO: Contrata o referido artista para uma apresentação no 24 de agosto de 2025, com horário previsto às 16h, no evento "Projeto Somos Capazes", Centro Cultural Tenente Lucena.
VALOR TOTAL: R\$ 4.600,00 (quatro mil e seiscentos reais).

João Pessoa, 21 de agosto de 2025.

ANTÔNIO MARCUS ALVES DE SOUZA
Diretor Executivo – FUNJOPE



VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: 0E5F-A209-DCA3-FDB3

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

- ✓ ANTÔNIO MARCUS ALVES DE SOUZA (CPF 549.XXX.XXX-68) em 26/08/2025 09:28:19 GMT-03:00
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://joaopessoa.1doc.com.br/verificacao/0E5F-A209-DCA3-FDB3>

Assinado por 1 pessoa: QUINTINO REGIS DE BRITO NETO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://joaopessoa.1doc.com.br/verificacao/E45B-11BE-BA5D-6763>



Assinado por 1 pessoa: ANTÔNIO MARCUS ALVES DE SOUZA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://joaopessoa.1doc.com.br/verificacao/0E5F-A209-DCA3-FDB3>





EXTRATO DE CONTRATO

EXTRATO DO CONTRATO DE Nº 0566/2025.
CONTRATANTE: FUNDAÇÃO CULTURAL DE JOÃO PESSOA - FUNJOPE.
CONTRATADO (A): GRUPO MARACATU PÉ DE ELEFANTE.
OBJETO: Contrata o referido artista para uma apresentação no 26 de agosto de 2025, com horário previsto às 10h, no evento II ENCONTRO PARAIBANO DE PATRIMÔNIO HISTÓRICO, ARTÍSTICO E CULTURAL, no Auditório do SENAC.
VALOR TOTAL: R\$ 2.200,00 (dois mil e duzentos reais).

João Pessoa, 25 de agosto de 2025.

ANTÔNIO MARCUS ALVES DE SOUZA
Diretor Executivo – FUNJOPE



VERIFICAÇÃO DAS
ASSINATURAS



Código para verificação: 74A4-5228-9A2F-E30F

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

✓ **ANTÔNIO MARCUS ALVES DE SOUZA** (CPF 549.XXX.XXX-68) em 26/08/2025 14:47:58 GMT-03:00
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://joaopessoa.1doc.com.br/verificacao/74A4-5228-9A2F-E30F>

PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 10.027/2024
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 10.062/2025
PROCESSO ADM. Nº 31.817/2024

A Prefeitura Municipal de João Pessoa, através da Secretaria de Educação e Cultura, neste ato representada pela Sra. Maria América Assis de Castro, inscrita no CPF nº 308.418.104-78, nos termos da Lei nº 14.133/2021 e Decreto Municipal nº 10.445/2023, lavra a presente Ata de Registro de Preços, referente ao Pregão Eletrônico SRP nº 10.027/2024, bem como as cláusulas e condições abaixo estabelecidas e RESOLVE registrar os preços nos seguintes termos:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. Registro de Preços para eventual e futura aquisição da “Coleção Caminhar Juntos - Editora SM”, a fim de atender os professores de Ensino Religioso, bem como os estudantes matriculados nos Anos Finais, da Rede Municipal de Ensino de João Pessoa, com validade de 12 (doze) meses, cujos quantitativos, especificações, preços e fornecedores foram previamente definidos através do procedimento licitatório em epígrafe.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – DO ÓRGÃO INTEGRANTE

2.1. Integra a presente ARP a SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA, localizada em João Pessoa/PB, na qualidade de ÓRGÃO GERENCIADOR.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

3.1. Os preços, as quantidades, o fornecedor e as especificações do material registrado nesta Ata encontram-se indicados nos quadros abaixo, observando-se a ordem de classificação obtida no certame licitatório:

EMPRESA:	IDALINA VIEIRA CORTEZ LTDA
CNPJ:	34.557.736/0001-87
FONE/FAX:	(92) 99253-3929
END:	Avenida Eduardo Ribeiro, nº 520, Conjunto 908 – CD SHOPPING, Bairro Centro
CEP:	69010-901
CIDADE/ESTADO	Manaus - AM
E-MAIL:	vendas@vcortezliveria.com.br
RESPONSÁVEL	Idalina Vieira Cortez
LEGAL:	
RG 4.131.967 SESEG AM	CPF Nº 187.148.202-00

ITEM	UND	PRODUTO / DISCRIMINAÇÃO	QUANT.	MARCA	V. UNIT	V. TOTAL
------	-----	-------------------------	--------	-------	---------	----------



Assinado por 1 pessoa: MARIA AMERICA ASSIS DE CASTRO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://joaopessoa.1doc.com.br/verificacao/52CO-ABDD-B3F4-1116> e informe o código 52CO-ABDD-B3F4-1116

02	LIVRO	COTA RESERVADA LIVRO CAMINHAR JUNTOS, VERSÃO ALUNO - 6º ANO - (2ª EDIÇÃO - EDITORA SM)	1373	EDITORA SM	R\$ 175,00	R\$ 240.275,00
04	LIVRO	COTA RESERVADA LIVRO CAMINHAR JUNTOS, VERSÃO ALUNO - 7º ANO - (2ª EDIÇÃO - EDITORA SM)	1326	EDITORA SM	R\$ 175,00	R\$ 232.050,00
09	LIVRO	EXCLUSIVA LIVRO CAMINHAR JUNTOS, VERSÃO PROFESSOR - 6º ANO - (2ª EDIÇÃO - EDITORA SM)	122	EDITORA SM	R\$ 210,00	R\$ 25.620,00
10	LIVRO	EXCLUSIVA LIVRO CAMINHAR JUNTOS, VERSÃO PROFESSOR - 7º ANO - (2ª EDIÇÃO - EDITORA SM)	122	EDITORA SM	R\$ 210,00	R\$ 25.620,00
11	LIVRO	EXCLUSIVA LIVRO CAMINHAR JUNTOS, VERSÃO PROFESSOR - 8º ANO - (2ª EDIÇÃO - EDITORA SM)	122	EDITORA SM	R\$ 210,00	R\$ 25.620,00
12	LIVRO	EXCLUSIVA LIVRO CAMINHAR JUNTOS, VERSÃO PROFESSOR - 9º ANO - (2ª EDIÇÃO - EDITORA SM)	122	EDITORA SM	R\$ 210,00	R\$ 25.620,00
VALOR TOTAL: R\$574.805,00 (quinhentos e setenta e quatro mil e oitocentos e cinco reais).						

3.2. As informações orçamentárias e financeiras estarão assim dispostas:

Classificação	Elemento de Despesa	Fonte de recursos
10.101.12.361.5417.102498	3.3.90.32	500 -Recursos não vinculados de impostos 550- FNDE – Salário Educação

4. CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA

- 4.1. O prazo de vigência da ata de registro de preços, contado a partir da publicação do extrato da ata no Portal Nacional de Contratações Públicas e Diário Oficial do Município, será de 1 (um) ano, e poderá ser prorrogada, por igual período, desde que comprovado que as condições e os preços permanecem vantajosos.
- 4.2. No ato de prorrogação da vigência da ata de registro de preços, poderá haver a renovação dos quantitativos registrados, até o limite do quantitativo original, conforme o art. 78 do decreto Municipal nº 10.445/2023.

5. CLÁUSULA QUINTA – DA CONTRATAÇÃO COM FORNECEDOR REGISTRADO

- 5.1. A contratação com os fornecedores registrados nesta Ata de Registro de Preços será formalizada pelo órgão ou entidade interessado por intermédio de instrumento contratual ou outro instrumento hábil, conforme o [art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 5.2. O contrato decorrente desta Ata de Registro de Preços terá sua vigência estabelecida em conformidade com as disposições dos [arts. 105 a 114 da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 5.3. Os contratos decorrentes do Sistema de Registro de Preços poderão ser alterados, observado o disposto no [art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 5.4. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles possam advir, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento ou contratação em igualdade de condições.

6. CLÁUSULA SEXTA – DO CADASTRO RESERVA

- 6.1. Será incluído na ata, na forma do **APÊNDICE I**, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:
 - 6.1.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e
 - 6.1.2. Mantiverem sua proposta original.
- 6.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.
- 6.3. O registro a que se refere o item 6.1 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.
- 6.4. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederam aqueles que mantiverem sua proposta original.
- 6.5. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 6.3. somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos



Assinado por 1 pessoa: MARIA AMERICA ASSIS DE CASTRO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://joaopessoa.1doc.com.br/verificacao/52CO-ABDD-B3F4-1116> e informe o código 52CO-ABDD-B3F4-1116



Assinado por 1 pessoa: MARIA AMERICA ASSIS DE CASTRO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://joaopessoa.1doc.com.br/verificacao/52CO-ABDD-B3F4-1116> e informe o código 52CO-ABDD-B3F4-1116

licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

- 6.5.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital; e
- 6.5.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas nas sanções administrativas contidas no edital.
- 6.6. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.
- 6.7. Após a homologação da licitação, o licitante mais bem classificado será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133/2021.
- 6.7.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.
- 6.8. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital, e observado o disposto no item 6.9, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.
- 6.9. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 6.1 aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:
- 6.9.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou
- 6.9.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – DA PUBLICIDADE

- 7.1. Os preços, os quantitativos, o fornecedor e as especificações resumidas do objeto, como também as possíveis alterações da presente ARP, serão publicadas no Diário Oficial do Município, na forma de extrato, e no PNCP, ficando tais informações disponíveis durante a vigência da ata de registro de preços.

8. CLÁUSULA OITAVA – DA REVISÃO E CANCELAMENTO

- 8.1. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo do objeto registrado, cabendo à Administração promover as negociações junto ao(s) fornecedor(es).
- 8.2. Os preços registrados poderão ser alterados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo do objeto, nas seguintes situações:
- 8.2.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuado, nos termos do [art. 124, II, d da Lei nº 14.133, de 2021](#) e Decreto Municipal 10.445/2023.
- 8.2.2. Decorrente de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados.
- 8.3. Quando o preço registrado se tornar superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.
- 8.3.1. O fornecedor que não aceitar reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado será liberado do compromisso assumido referente ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.
- 8.3.2. Havendo a liberação do fornecedor, nos termos do subitem anterior, o gerenciador deverá convocar os fornecedores do cadastro de reserva, caso exista, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado.
- 8.3.3. Não havendo êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora deverá proceder ao cancelamento da ata de registro de preços.
- 8.4. No caso do preço de mercado se tornar superior ao preço registrado e o fornecedor não puder cumprir as obrigações contidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.
- 8.4.1. Para fins do disposto neste subitem, deverá o fornecedor encaminhar juntamente com o pedido de alteração, documentação comprobatória ou planilha de custos que demonstre que o preço registrado se tornou inviável frente às condições inicialmente pactuadas.
- 8.4.2. Caso não demonstrada a existência de fato superveniente que torne insubsistente o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora, ficando o fornecedor obrigado a cumprir as obrigações contidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, sem prejuízo das sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e em outras legislações aplicáveis.
- 8.4.3. Havendo cancelamento do registro do fornecedor, o gerenciador deverá convocar os fornecedores do cadastro de reserva, caso exista, na ordem de classificação, para assegurar igual oportunidade de negociação.
- 8.5. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder ao cancelamento da Ata de Registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

- 8.6. O registro do licitante vencedor será cancelado pelo órgão ou entidade gerenciadora quando:
- 8.6.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;
- 8.6.2. Não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
- 8.6.3. Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou
- 8.6.4. Sofrer sanção prevista no [art. 156, III ou IV da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 8.6.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.
- 8.7. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 8.6 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.
- 8.8. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.
- 8.9. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:
- 8.9.1. Por razão de interesse público;
- 8.9.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
- 8.9.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado.
- 8.9.4. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos itens 8.6.1, 8.6.2, e 8.6.4 será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa.
- 8.10. O cancelamento dos preços registrados poderá ocorrer, total ou parcialmente, pelo gerenciador, desde que devidamente comprovados e justificados:
- 8.10.1. Por razão de interesse público;
- 8.10.2. Pelo cancelamento de todos os preços registrados; ou
- 8.10.3. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior.

9. CLÁUSULA NONA – DAS PENALIDADES

- 9.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no Edital.
- 9.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

10. CLÁUSULA DÉCIMA - DAS CONDIÇÕES GERAIS

- 10.1. As demais condições gerais do fornecimento encontram-se definidas no Edital e seus anexos, que são parte integrante da presente Ata de Registro de Preços, independentemente de transcrição.
- 10.2. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados nesta Ata de Registro de Preços.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO FORO

- 11.1. As questões decorrentes da execução deste instrumento que não possam ser dirimidas administrativamente serão processadas e julgadas na Vara da Fazenda Pública da comarca de João Pessoa/PB, salvo nos casos de foro privilegiado previstos na Constituição Federal.

João Pessoa, datado eletronicamente.

Maria América Assis de Castro
Secretária de Educação e Cultura

IDALINA VIEIRA
CORTEZ
LTDA:3455773600
0187

IDALINA VIEIRA CORTEZ LTDA
CNPJ Nº: 34.557.736/0001-87
Idalina Vieira Cortez
CPF Nº 187.148.202-00

Assinado por 1 pessoa: MARIA AMERICA ASSIS DE CASTRO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://joaopessoa1.idoc.com.br/verificacao/52CO-A80D-B3F4-1116> e informe o código 52CO-A80D-B3F4-1116



Assinado por 1 pessoa: MARIA AMERICA ASSIS DE CASTRO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://joaopessoa1.idoc.com.br/verificacao/52CO-A80D-B3F4-1116> e informe o código 52CO-A80D-B3F4-1116



Assinado por 1 pessoa: MARIA AMERICA ASSIS DE CASTRO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://joaopessoa1.idoc.com.br/verificacao/52CO-A80D-B3F4-1116> e informe o código 52CO-A80D-B3F4-1116



Assinado por 1 pessoa: MARIA AMERICA ASSIS DE CASTRO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://joaopessoa1.idoc.com.br/verificacao/52CO-A80D-B3F4-1116> e informe o código 52CO-A80D-B3F4-1116



PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 10.027/2024
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 10.063/2025
PROCESSO ADM. Nº 31.817/2024

A Prefeitura Municipal de João Pessoa, através da Secretaria de Educação e Cultura, neste ato representada pela Sra. Maria América Assis de Castro, inscrita no CPF nº 308.418.104-78, nos termos da Lei nº 14.133/2021 e Decreto Municipal nº 10.445/2023, lavra a presente Ata de Registro de Preços, referente ao Pregão Eletrônico SRP nº 10.027/2024, bem como as cláusulas e condições abaixo estabelecidas e RESOLVE registrar os preços nos seguintes termos:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

- 1.1. Registro de Preços para eventual e futura aquisição da “Coleção Caminhar Juntos - Editora SM”, a fim de atender os professores de Ensino Religioso, bem como os estudantes matriculados nos Anos Finais, da Rede Municipal de Ensino de João Pessoa, com validade de 12 (doze) meses, cujos quantitativos, especificações, preços e fornecedores foram previamente definidos através do procedimento licitatório em epígrafe.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – DO ÓRGÃO INTEGRANTE

- 2.1. Integra a presente ARP a SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA, localizada em João Pessoa/PB, na qualidade de ÓRGÃO GERENCIADOR.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

- 3.1. Os preços, as quantidades, o fornecedor e as especificações do material registrado nesta Ata encontram-se indicados nos quadros abaixo, observando-se a ordem de classificação obtida no certame licitatório:

EMPRESA:	WORD EDUCACIONAL EDITORA E SISTEMAS DE EDUCAÇÃO LTDA
CNPJ:	28.428.245/0001-33
FONE/FAX:	(11) 2215-7148
END:	Rua Vergueiro, nº2025, Sala 308, Edifício Paulista Tower, Vila Mariana
CEP:	04101-000
CIDADE/ESTADO	São Paulo/SP
E-MAIL:	comercial@weducacional.com.br
RESPONSÁVEL	Antônio Manoel Dias
LEGAL:	
RG 7.930.511 SSP SP	CPF Nº 417.348.152-72

ITEM	UND	PRODUTO DISCRIMINAÇÃO	QUANT.	MARCA	V. UNIT	V. TOTAL
01	LIVRO	AMPLA CONCORRÊNCIA LIVRO CAMINHAR JUNTOS, VERSÃO ALUNO - 6º ANO - (2ª EDIÇÃO - EDITORA SM)	5493	EDITOR A SM	R\$ 164,00	R\$ 900.852,00
03	LIVRO	AMPLA CONCORRÊNCIA LIVRO CAMINHAR JUNTOS, VERSÃO ALUNO - 7º ANO - (2ª EDIÇÃO - EDITORA SM)	5303	EDITOR A SM	R\$ 173,00	R\$ 917.419,00
05	LIVRO	AMPLA CONCORRÊNCIA LIVRO CAMINHAR JUNTOS, VERSÃO ALUNO - 8º ANO - (2ª EDIÇÃO - EDITORA SM)	4640	EDITOR A SM	R\$ 172,00	R\$ 798.080,00
07	LIVRO	AMPLA CONCORRÊNCIA LIVRO CAMINHAR JUNTOS, VERSÃO ALUNO - 9º ANO - (2ª EDIÇÃO - EDITORA SM)	4182	EDITOR A SM	R\$ 175,00	R\$ 731.850,00
VALOR TOTAL: R\$3.348.201,00 (três milhões, trezentos e quarenta e oito mil, duzentos e um reais).						

3.2. As informações orçamentárias e financeiras estarão assim dispostas:

Classificação	Elemento de Despesa	Fonte de recursos
10.101.12.361.5417.102498	3.3.90.32	500 -Recursos não vinculados de impostos 550- FNDE – Salário Educação

4. CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA

- 4.1. O prazo de vigência da ata de registro de preços, contado a partir da publicação do extrato da ata no Portal Nacional de Contratações Públicas e Diário Oficial do Município, será de 1 (um) ano, e poderá ser prorrogada, por igual período, desde que comprovado que as condições e os preços permanecem vantajosos.

- 4.2. No ato de prorrogação da vigência da ata de registro de preços, poderá haver a renovação dos quantitativos registrados, até o limite do quantitativo original, conforme o art. 78 do decreto Municipal nº 10.445/2023.

5. CLÁUSULA QUINTA – DA CONTRATAÇÃO COM FORNECEDOR REGISTRADO

- 5.1. A contratação com os fornecedores registrados nesta Ata de Registro de Preços será formalizada pelo órgão ou entidade interessado por intermédio de instrumento contratual ou outro instrumento hábil, conforme o [art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 5.2. O contrato decorrente desta Ata de Registro de Preços terá sua vigência estabelecida em conformidade com as disposições dos [arts. 105 a 114 da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 5.3. Os contratos decorrentes do Sistema de Registro de Preços poderão ser alterados, observado o disposto no [art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 5.4. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles possam advir, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento ou contratação em igualdade de condições.

6. CLÁUSULA SEXTA – DO CADASTRO RESERVA

- 6.1. Será incluído na ata, na forma do **APÊNDICE I**, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:
- 6.1.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e
- 6.1.2. Mantiverem sua proposta original.
- 6.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.
- 6.3. O registro a que se refere o item 6.1 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.
- 6.4. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederam aqueles que mantiverem sua proposta original.
- 6.5. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 6.3. somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:
- 6.5.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital; e
- 6.5.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas nas sanções administrativas contidas no edital.
- 6.6. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado

no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

6.7. Após a homologação da licitação, o licitante mais bem classificado será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133/2021.

- 6.7.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.
- 6.8. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital, e observado o disposto no item 6.9, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.
- 6.9. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 6.1 aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:

- 6.9.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou
- 6.9.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA PUBLICIDADE

- 7.1. Os preços, os quantitativos, o fornecedor e as especificações resumidas do objeto, como também as possíveis alterações da presente ARP, serão publicadas no Diário Oficial do Município, na forma de extrato, e no PNCP, ficando tais informações disponíveis durante a vigência da ata de registro de preços.

CLÁUSULA OITAVA – DA REVISÃO E CANCELAMENTO

- 8.1. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo do objeto registrado, cabendo à Administração promover as negociações junto ao(s) fornecedor(es).
- 8.2. Os preços registrados poderão ser alterados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo do objeto, nas seguintes situações:
- 8.2.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuado, nos termos do [art. 124, II, d da Lei nº 14.133, de 2021](#) e Decreto Municipal

Assinado por 1 pessoa: MARIA AMERICA ASSIS DE CASTRO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://joaopessoa.1doc.com.br/verificacao/52CO-A80D-B3F4-1116> e informe o código 52CO-A80D-B3F4-1116



Assinado por 1 pessoa: MARIA AMERICA ASSIS DE CASTRO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://joaopessoa.1doc.com.br/verificacao/52CO-A80D-B3F4-1116> e informe o código 52CO-A80D-B3F4-1116



Assinado por 1 pessoa: MARIA AMERICA ASSIS DE CASTRO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://joaopessoa.1doc.com.br/verificacao/52CO-A80D-B3F4-1116> e informe o código 52CO-A80D-B3F4-1116



Assinado por 1 pessoa: MARIA AMERICA ASSIS DE CASTRO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://joaopessoa.1doc.com.br/verificacao/52CO-A80D-B3F4-1116> e informe o código 52CO-A80D-B3F4-1116



- 10.445/2023.
- 8.2.2. Decorrente de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados.
- 8.3. Quando o preço registrado se tornar superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.
- 8.3.1. O fornecedor que não aceitar reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado será liberado do compromisso assumido referente ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.
- 8.3.2. Havendo a liberação do fornecedor, nos termos do subitem anterior, o gerenciador deverá convocar os fornecedores do cadastro de reserva, caso exista, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado.
- 8.3.3. Não havendo êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora deverá proceder ao cancelamento da ata de registro de preços.
- 8.4. No caso do preço de mercado se tornar superior ao preço registrado e o fornecedor não puder cumprir as obrigações contidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.
- 8.4.1. Para fins do disposto neste subitem, deverá o fornecedor encaminhar juntamente com o pedido de alteração, documentação comprobatória ou planilha de custos que demonstre que o preço registrado se tornou inviável frente às condições inicialmente pactuadas.
- 8.4.2. Caso não demonstrada a existência de fato superveniente que torne insubsistente o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora, ficando o fornecedor obrigado a cumprir as obrigações contidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, sem prejuízo das sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e em outras legislações aplicáveis.
- 8.4.3. Havendo cancelamento do registro do fornecedor, o gerenciador deverá convocar os fornecedores do cadastro de reserva, caso exista, na ordem de classificação, para assegurar igual oportunidade de negociação.
- 8.5. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder ao cancelamento da Ata de Registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.
- 8.6. O registro do licitante vencedor será cancelado pelo órgão ou entidade gerenciadora quando:
- 8.6.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;
- 8.6.2. Não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
- 8.6.3. Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou
- 8.6.4. Sofrer sanção prevista no [art. 156, III ou IV da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 8.6.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poder, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.
- 8.7. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 8.6 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.
- 8.8. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.
- 8.9. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:
- 8.9.1. Por razão de interesse público;
- 8.9.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
- 8.9.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado.
- 8.9.4. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos itens 8.6.1, 8.6.2, e 8.6.4 será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa.
- 8.10. O cancelamento dos preços registrados poderá ocorrer, total ou parcialmente, pelo gerenciador, desde que devidamente comprovados e justificados:
- 8.10.1. Por razão de interesse público;
- 8.10.2. Pelo cancelamento de todos os preços registrados; ou
- 8.10.3. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior.
9. CLÁUSULA NONA – DAS PENALIDADES
- 9.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no Edital.
- 9.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.
10. CLÁUSULA DÉCIMA - DAS CONDIÇÕES GERAIS
- 10.1. As demais condições gerais do fornecimento encontram-se definidas no Edital e seus anexos, que são parte integrante da presente Ata de Registro de Preços, independentemente de transcrição.
- 10.2. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados nesta Ata de Registro de Preços.

Assinado por 1 pessoa: MARIA AMERICA ASSIS DE CASTRO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://joaopessoa.1doc.com.br/verificacao/52C0-A80D-B3F4-1116>



Assinado por 1 pessoa: MARIA AMERICA ASSIS DE CASTRO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://joaopessoa.1doc.com.br/verificacao/52C0-A80D-B3F4-1116>



11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO FORO

- 11.1. As questões decorrentes da execução deste instrumento que não possam ser dirimidas administrativamente serão processadas e julgadas na Vara da Fazenda Pública da comarca de João Pessoa/PB, salvo nos casos de foro privilegiado previstos na Constituição Federal.

João Pessoa, datado eletronicamente.

Maria América Assis de Castro
Secretária de Educação e Cultura

WORD EDUCACIONAL
EDITORA E SISTEMAS DE
EDUCACAO
L:28428245000133
Assinado de forma digital por
WORD EDUCACIONAL EDITORA E
SISTEMAS DE EDUCACAO
L:28428245000133
Dados: 2025.08.20 14:12:24 -03'00'

WORD EDUCACIONAL EDITORA E SISTEMAS DE EDUCAÇÃO LTDA
CNPJ Nº: 28.428.245/0001-33
Antônio Manoel Dias
CPF Nº 417.348.152-72



VERIFICAÇÃO DAS
ASSINATURAS



Código para verificação: 52C0-A80D-B3F4-1116

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas

- ✓ MARIA AMERICA ASSIS DE CASTRO (CPF 308.XXX.XXX-78) em 25/08/2025 21:50:51 GMT-03:00
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://joaopessoa.1doc.com.br/verificacao/52C0-A80D-B3F4-1116>

AVISO

AVISO DE LICITAÇÃO
CHAVE GGM: J4B4-8UGH-CQVX-3VZX

Pregão Eletrônico SRP nº 06.037/2025 – LEI Nº 14.133/2021
Número COMPRAS.GOV: 9.6037/2025
Processo Administrativo nº 2.051/2025.

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS, MÓVEIS, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS PARA O PROGRAMA DE LAVANDERIAS NO MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL – SEDES.

UASG: 982051
Tipo: MENOR PREÇO.
Método De Disputa: Aberto/Fechado
Data de Abertura: 9 de setembro de 2025 às 09h00m. (Horário de Brasília - DF).

Local da Disputa: <https://www.gov.br/compras/pt-br/>
Disponibilidade do Edital: <https://www.gov.br/compras/pt-br/>
<https://transparencia.joaopessoa.pb.gov.br/#licitacoes> e <https://www.gov.br/pncp/pt-br/>
Outras informações através do telefone: (83) 3213-5010

João Pessoa, 26 de agosto de 2025.

Lucélia Alves Silva
Pregoeira

Assinado por 1 pessoa: MARIA AMERICA ASSIS DE CASTRO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://joaopessoa.1doc.com.br/verificacao/52C0-A80D-B3F4-1116>

Assinado por 1 pessoa: LUCÉLIA ALVES SILVA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://joaopessoa.1doc.com.br/verificacao/71F5-9FD2-3A4B-D9F9>





VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS

Código para verificação: 71F5-8FD2-3A49-D9F9

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

✓ LUCÉLIA ALVES SILVA (CPF 008.XXX.XXX-50) em 26/08/2025 08:55:35 GMT-03:00
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://joaopessoa.1doc.com.br/verificacao/71F5-8FD2-3A49-D9F9>

AVISO DE LICITAÇÃO
CHAVE CGM: T7YQ-SM2Z-XEP3-CU3R

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 11.026/2025
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 18.583/2025

UASG: 982051
Nº DA LICITAÇÃO NO COMPRAS.GOV: 91126/2025

OBJETO: Contratação de empresa especializada de engenharia para a Execução dos Serviços de Ampliação, Reforma e Manutenção da CMEI Maria da Luz Melo Cunha, em João Pessoa/PB.

A Secretaria de Infraestrutura do Município de João Pessoa, através do Agente de Contratação, torna público que realizará licitação, na modalidade Concorrência Eletrônica, cuja sessão pública ocorrerá através do site: www.compras.gov.br. O acolhimento das propostas ocorrerá através do site www.compras.gov.br a partir do dia 27/08/2025. A abertura das propostas ocorrerá no dia 03/10/2025, às 09h. A cópia do edital pode ser adquirida pelos sites www.compras.gov.br UASG: 982051 Nº da Licitação 91126/2025 <http://transparencia.joaopessoa.pb.gov.br/licitacoes>, a partir de 26 de agosto de 2025.

João Pessoa, data da assinatura eletrônica

Petrônio Wanderley de Oliveira Lima
Agente de Contratação Oficial/SEINFRA



VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS

Código para verificação: 8C20-A5E5-17CA-CD28

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

✓ PETRONIO WANDERLEY DE OLIVEIRA LIMA (CPF 086.XXX.XXX-00) em 26/08/2025 10:05:38 GMT-03:00
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://joaopessoa.1doc.com.br/verificacao/8C20-A5E5-17CA-CD28>



AVISO DE DISPENSA ELETRÔNICA
12.001/2025

CONTRATANTE: SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE DO MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA
FUNDO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE DE JOÃO PESSOA-PB

OBJETO

Aquisição de Rações para a BICA

VALOR ESTIMATIVO DA CONTRATAÇÃO

RS 61.768,21 (sessenta e um mil reais setecentos e sessenta e oito reais e vinte e um centavos)

PERÍODO DE PROPOSTAS

De 25/08/2025 às 09h

Até 28/08/2025 às 09:00h

PERÍODO DE LANCES

De 28/08/2025 às 09:01h às 17:59

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS
SIM

AVISO DE DISPENSA ELETRÔNICA Nº 12.001/2025
(Processo Administrativo nº 10.610/2025)

Torna-se público que a Secretaria de Meio Ambiente/Fundo Municipal de Meio Ambiente, por meio da Diretoria Administrativa Financeira, realizará Dispensa Eletrônica, com critério de julgamento *menor preço*, na hipótese do art. 75, inciso II, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, Decreto 10.248/2023 e demais legislação aplicável.

Data da sessão:

Horário da Fase de Lances: 09:01 às 17:59

1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO DIRETA

1.1. O objeto da presente dispensa é a escolha da proposta mais vantajosa para a Aquisição de Rações para a BICA, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Aviso de Contratação Direta e seus anexos.

1.2. A contratação será em item único, conforme tabela constante abaixo.

ITEM	DESCRIÇÃO	MED	QUANT
1	Ração Premium para cães adultos - saca com 20 kg Níveis de garantia: Proteína Bruta (mín.) 220g/kg (22%), Extrato Etéreo (mín.) 100g/kg (10%), Umidade (máx.) 100g/kg (10%), Matéria Fibrosa (máx.) 30g/kg (3%), Matéria Mineral (máx.) 80g/kg (8%), Cálcio (máx.) 18g/kg (1,8%), Cálcio (mín.) 9000mg/kg (0,9%), Fósforo (mín.) 7000mg/kg (0,7%), Sódio (mín.) 3000mg/kg Potássio (mín.) 5000mg/kg, Mannan- Oligossacarídeos (mín.) 1000mg/kg, Energia Metabolizável (NRC 2006, mín.) 3440kcal/kg	Saca	15
2	Ração para Gatos Adultos Castrados - saca com 10kg Níveis de Garantia: Proteína Bruta (mín.) 310g/kg 31% Extrato Etéreo (mín.) 110g/kg 11% Umidade (máx.) 100g/kg 10% Matéria Fibrosa (máx.) 32g/kg 3,2% Matéria Mineral (máx.) 85g/kg 8,5% Cálcio (máx.) 20g/kg 2,0% Cálcio (mín.) 8.000mg/kg 0,8% Fósforo (mín.) 8.000mg/kg 0,8% Sódio (mín.) 3.000mg/kg Potássio (mín.) 5.300 mg/kg Taurina (mín.) 1.200mg/kg Metionina (mín.) 7.000mg/kg Energia Metabolizável (NRC 2006, mín.) 3.750kcal/kg	Saca	12
3	Ração para cavalo - saca com 40 kg - NÍVEIS DE GARANTIA Proteína Bruta (mín.) 120 g, Fibra Bruta (máx.) 100 g, FDA (máx.) 150 g, Extrato Etéreo (mín.) 35 g, Matéria Mineral (máx.) 120 g, Cálcio (máx.) 16 g, Cálcio (mín.) 9.000 mg, Fósforo (mín.) 5.000 mg, Metionina (mín.) 1.800 mg, Lisina (mín.) 4.500 mg, Ferro (mín.) 44 mg, Cobre (mín.) 21 mg, Zinco (mín.) 50 mg, Manganês (mín.) 37 mg, Iodo (mín.) 0,25 mg, Cobalto (mín.) 0,13 mg, Selênio (mín.) 0,2 mg, Cromo Orgânico (mín.) 0,1 mg	Saca	48
4	Ração Extrusada para primatas com tendências Onívoras - Saca com 4Kg. Níveis de Garantia: Umidade (máx.) 100 g/kg (10 %), Proteína bruta (mín.) 200 g/kg (20 %), Extrato etéreo (mín.) 50 g/kg (5 %), Matéria fibrosa (máx.) 40 g/kg (4 %), Matéria mineral (máx.) 70 g/kg (7 %), Cálcio (máx.) 12 g/kg (1,2 %), Cálcio (mín.) 7.000	Saca	48

5	mg/kg (0,7 %), Fósforo (mín.) 4.000 mg/kg (0,4 %), Mananoglissacarídeo (mín.) 240 mg/kg (0,024 %)	Saca	45
6	Ração Extrusada para psitacídeos (papagaio/arara) - saca com 4 kg - Níveis de Garantia: Umidade (máx.) 100 g/kg (10 %), Proteína bruta (mín.) 220 g/kg (22 %), Extrato etéreo (mín.) 60 g/kg (6 %), Matéria fibrosa (máx.) 40 g/kg (4 %), Matéria mineral (máx.) 60 g/kg (6 %), Cálcio (máx.) 11 g/kg (1,1 %), Cálcio (mín.) 7.000 mg/kg (0,7 %), Fósforo (mín.) 4.000 mg/kg (0,4 %), Mananoglissacarídeo (mín.) 240 mg/kg (0,024 %), Ferro (máx.) 120 ppm, Ferro (mín.) 70 ppm	Saca	40
7	Ração de crescimento para Aves - saca com 40 kg Ração concentrada ave, aplicação aves em fase de postura e crescimento, dosagem componentes proteína bruta mínima 26,5%, cálcio máxima 4,0%	Saca	4
8	Ração Extrusada para peixes onívoros 6mm a 8mm - Saca com 25 kg - Níveis de garantia: Proteína Bruta 320 g/kg, Extrato Etéreo 50 g/kg, Fibra Bruta 100 g/kg, Matéria Mineral 140 g/kg, Cálcio (Mín.) 15 g/kg, Cálcio (Máx.) 30 g/kg, Fósforo 2,7 g/kg, Umidade 120 g/kg, Vitamina C 200 mg/kg	Saca	10
9	Ração para coelho adulto 20kg - Ração de coelho, Composição: Umidade (máx.) 12,00% 120 g/kg, contendo no mínimo Proteína bruta (mín.) 13,00% 130 g/kg, Extrato Etéreo (mín.) 3,00% 30 g/kg, Matéria fibrosa (máx.) 25,00% 250 g/kg, Matéria mineral (máx.) 8,00% 80 g/kg, Cálcio (máx.) 0,80% 8.000 mg/kg, Cálcio (mín.) 0,40% 4.000 mg/kg	Saca	15
10	Xerém- saca com 50 kg Milho*, tipo triturado, aplicação alimento para Animais	Saca	4
11	Suplemento Vitaminico Mineral para Onívoros - Pote com 500g. Suplementação de aminoácidos, vitaminas, macro e microminerais para caninos, felinos, aves, répteis, mustelídeos e roedores. Composição mínima por kg vitamina A (Mín.) 1.000.000 UI, Vitamina D3 (Mín.) 50.000 UI, Vitamina E (Mín.) 1.000UI, Vitamina B1 (Mín.) 200mg, Vitamina B2 (Mín.) 200mg, Vitamina B6 (Mín.) 100mg, Vitamina B12 (Mín.) 2.000mcg, Vitamina C (Mín.) 5.000mg, Biotina (Mín.) 18mg, Ácido Nicotínico (Mín.) 600mg, Pantoténico de Cálcio (Mín.) 400mg, Taurina (Mín.) 1.000mg, L-Carnitina (Mín.) 10g, Colina (Mín.) 5.000mg, Lisina (Mín.) 14.215g, Histidina (Mín.) 499,74mg, Arginina (Mín.) 1.850,5mg, Ácido Aspártico (Mín.) 271,8mg, Treonina (Mín.) 269,3mg, Serina (Mín.) 489,23mg, Ácido Glutâmico (Mín.) 1.350,43 mg, Prolina (Mín.) 5.131,4 mg, Glicina (Mín.) 6.011,8mg, Hidroxiprolina (Mín.) 452mg, Alanina (Mín.) 4.055mg, Cisteína (Mín.) 124,6mg, Valina (Mín.) 1.183,5mg, Metionina (Mín.) 9.370,6mg, Isoleucina (Mín.) 561,2mg, Leucina (Mín.) 1.461mg, Tirosina (Mín.) 444,3mg, Fenilalanina (Mín.) 881,1mg, Triptofano (Mín.) 89,7mg, Saccharomyces cerevisiae 9x 10 ⁹ UFC, Ácido Fólico (Mín.) 1.000mg, Magnésio (Mín.) 12,6g, Enxofre (Mín.) 200mg, Iodo (Mín.) 93mg, Ferro (Mín.) 112mg, Cobalto (Mín.) 40mg, Cobre (Mín.) 75mg, Zinco (Mín.) 1.700mg, Manganês (Mín.)	Pote	20

12	340mg, Selênio (Mín.) 10mg, Cálcio (Mín.) / (Máx.) 150,5g/157g, Fósforo (Mín.) 74,8g, Sódio (Mín.) 2.100mg	Frasc o	20
13	Suplemento vitamínico mineral aminoácido para gatos de todas as idades. Apresentação: Líquido em frasco com 30ml. Níveis de garantia por Kg de produto: Ácido docosahexaenico (DHA) (mín.) 1.200 mg/kg, Ácido eicosapentanoico (EPA) (mín.) 1.800 mg/kg, Ácido linoleico (mín.) 14 g/kg, Ácido linolênico (mín.) 4.584 mg/kg, Ácido oleico (mín.) 5.266 mg/kg, Ferro (mín.) 51 mg/kg, Lisina (mín.) 460 mg/kg, Metionina (mín.) 49 mg/kg, Niacina (mín.) 59 mg/kg, Taurina (mín.) 2.450 mg/kg, Vitamina A (mín.) 19.900 UI/kg, Vitamina B1 (mín.) 19 mg/kg, Vitamina B2 (mín.) 15 mg/kg, Vitamina B6 (mín.) 19 mg/kg, Vitamina D3 (mín.) 9.950 UI/kg	Saca	15
14	Ração Extrusada para Sabiá e Pássaro preto. Saca com 5Kg Níveis de Garantia: Umidade (máx.) 12,00% 120g/kg, Proteína bruta (mín.) 18,00% 180g/kg, Extrato Etéreo (mín.) 10,00% 100g/kg, Matéria fibrosa (máx.) 5,00% 50 g/kg, Matéria mineral (máx.) 4,00% 40g/kg, Cálcio (máx.) 0,80% 8.000mg/kg, Cálcio (mín.) 0,30% 3.000mg/kg, Fósforo (mín.) 0,30% 3.000mg/kg, Sódio (mín.) 0,10% 1.000mg/kg, Extrato de Yucca schidigera(mín) 0,025% 250 mg/kg, Frutolissacarídeos (mín.) 0,10% 1.000 mg/kg, Mananoglissacarídeos (mín.) 0,10% 1.000mg/kg, Bacillus subtilis (mín.) 6,4 x 108 UFC/kg, Bacillus licheniformis (mín.) 6,4 x 108 UFC/kg	Saca	12
15	Mistura de Sementes para pássaros granívoros - Embalagem com 5kg.	Saca	12
16	Composição mínima: Painço ilheto, arroz partido, painço comum, canjica, aveia sem casca, alpiste, linhaça, calcário calcítico, farinha de ostra, óleo de soja degomado, alimento extrusado, 60% de milho, farelo de soja, óleo de soja, fosfato bicálcico premix vitamínico. Níveis de garantia: Umidade (máx.) 120g/kg 12%, Proteína bruta 110g (11%), Extrato etéreo 80g/kg (8%), Matéria fibrosa 85g/kg (8,5%), Matéria Mineral 60g/kg (6%) , Cálcio 11g/kg (1,1%), Fósforo (min) - 2500mg/Kg (0,25%)	Bloco	02
17	Feno - Fardo com 10kg	Saca	02
18	Sal Mineral Para Equino - Bloco de 6KG	Saca	02
19	Calcário Calcítico - Saca com de 10 KG	Saca	02

1.3. O critério de julgamento adotado será o menor preço, observadas as exigências contidas neste Aviso de Contratação Direta e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

2. PARTICIPAÇÃO NA DISPENSA ELETRÔNICA.

2.1. A participação na presente dispensa eletrônica se dará mediante Sistema de Dispensa Eletrônica – PORTAL DE COMPRAS, disponível no endereço eletrônico <https://www.portaldecompraspublicas.com.br>.

2.1.1. Os fornecedores deverão atender aos procedimentos previstos no Manual do Sistema de Dispensa Eletrônica, disponível no Portal de Compras, para acesso ao sistema e operacionalização.

2.1.2. O fornecedor é o responsável por qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante no Sistema de Dispensa Eletrônica, não cabendo ao provedor do Sistema ou ao órgão entidade promotor do procedimento a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros não autorizados.

2.2. Não poderão participar desta dispensa os fornecedores:

- 2.2.1. que não atendam às condições deste Aviso de Contratação Direta e seu(s) anexo(s);
- 2.2.2. estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;
- 2.2.3. que se enquadrem nas seguintes vedações:
 - a) autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
 - b) empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
 - c) pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da contratação, impossibilitada de contratar em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
 - d) aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
 - e) empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da [Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976](#), concorrendo entre si;
 - f) pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do aviso, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
 - g) Cooperativa de empresas.
- 2.2.3.1. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico;
- 2.2.3.2. aplica-se o disposto na alínea “e” também ao fornecedor que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade

da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do fornecedor;

2.2.4. organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário); e

3. INGRESSO NA DISPENSA ELETRÔNICA E CADASTRAMENTO DA PROPOSTA INICIAL

- 3.1. O ingresso do fornecedor na disputa da dispensa eletrônica se dará com o cadastramento de sua proposta inicial, na forma deste item.
- 3.2. O fornecedor interessado, após a divulgação do aviso de contratação direta, encaminhará, exclusivamente por meio do Sistema de Dispensa Eletrônica, a proposta com a descrição do objeto ofertado, a marca do produto, quando for o caso, e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura do procedimento.
- 3.3. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, em especial o preço, vincularão a Contratada.
- 3.4. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na prestação dos serviços;
- 3.4.1. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do fornecedor, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 3.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.
- 3.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 3.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o *Termo de Referência*, assumindo o proponente o compromisso de executar os serviços nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.
- 3.8. Uma vez enviada a proposta no sistema, os fornecedores NÃO poderão retirá-la, substituí-la ou modificá-la;
- 3.9. No cadastramento da proposta inicial, o fornecedor deverá, também, assinalar em campo próprio do sistema eletrônico, às seguintes declarações:

Assinado por 1 pessoa: WELSON ARAUJO SILVEIRA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://joaopessoa1.doc.com.br/verificacao/BBA0-SF85-D294-38BD> e informe o código BBA0-SF85-D294-38BD



Assinado por 1 pessoa: WELSON ARAUJO SILVEIRA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://joaopessoa1.doc.com.br/verificacao/BBA0-SF85-D294-38BD> e informe o código BBA0-SF85-D294-38BD



Assinado por 1 pessoa: WELSON ARAUJO SILVEIRA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://joaopessoa1.doc.com.br/verificacao/BBA0-SF85-D294-38BD> e informe o código BBA0-SF85-D294-38BD



Assinado por 1 pessoa: WELSON ARAUJO SILVEIRA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://joaopessoa1.doc.com.br/verificacao/BBA0-SF85-D294-38BD> e informe o código BBA0-SF85-D294-38BD



3.9.1. que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

3.9.2. que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49.

3.9.3. que está ciente e concorda com as condições contidas no Aviso de Contratação Direta e seus anexos;

3.9.4. que assume a responsabilidade pelas transações que forem efetuadas no sistema, assumindo como firmes e verdadeiras;

3.9.5. que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, de que trata o art. 93 da Lei nº 8.213/91.

3.9.6. que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

3.10. Ainda no momento do cadastramento da proposta, o fornecedor poderá optar por parametrizar o valor mínimo, nos termos do art. 20 do Decreto Municipal 10.248/2023.

4. FASE DE LANCES

4.1. A partir das 09:01h da data estabelecida neste Aviso de Contratação Direta, a sessão pública será aberta pelo agente de contratação para o envio de lances públicos e sucessivos, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo encerrado no horário de finalização de lances também já previsto neste aviso.

4.2. Iniciada a etapa competitiva, os fornecedores deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro, devendo estes serem realizados apenas dentro do prazo estabelecido no Aviso.

4.2.1. O lance deverá ser ofertado pelo valor global.

4.3. O fornecedor somente poderá oferecer valor inferior em relação ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema.

4.3.1. O fornecedor poderá oferecer lances sucessivos iguais ou superiores ao lance que esteja vencendo o certame, desde que inferiores ao menor por ele ofertado e registrado pelo sistema, sendo tais lances definidos como “lances intermediários” para os fins deste Aviso de Contratação Direta.

4.3.2. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao que cobrir a melhor oferta é de **RS 1,00 (um real)**.

4.4. Havendo lances iguais ao menor já ofertado, prevalecerá aquele que for recebido e registrado primeiro no sistema.

4.5. Caso o fornecedor não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

4.6. Durante o procedimento, os fornecedores serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do fornecedor.

4.7. Imediatamente após o término do prazo estabelecido para a fase de lances, haverá o seu encerramento, com o ordenamento e divulgação dos lances, pelo sistema, em ordem crescente de classificação.

4.7.1. O encerramento da fase de lances ocorrerá de forma automática pontualmente no horário indicado, sem qualquer possibilidade de prorrogação e não havendo tempo alcatório ou mecanismo similar.

5. JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇO

5.1. Encerrada a fase de lances, será verificada a conformidade da proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação do objeto e à compatibilidade do preço em relação ao estipulado para a contratação.

5.2. No caso de o preço da proposta vencedora estar acima do estimado pela Administração, poderá haver a negociação de condições mais vantajosas.

5.2.1. Neste caso, será encaminhada contraproposta ao fornecedor que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta com preço compatível ao estimado pela Administração.

5.2.2. A negociação poderá ser feita com os demais fornecedores classificados, respeitada a ordem de classificação, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido para a contratação.

5.2.3. Em qualquer caso, concluída a negociação, o resultado será registrado na ata do procedimento da dispensa eletrônica.

5.3. Estando o preço compatível, será solicitado o envio da proposta e, se necessário, de documentos complementares, adequados ao último lance.

5.4. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

5.5. Será desclassificada a proposta vencedora que:

5.5.1. contiver vícios insanáveis;

5.5.2. não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas neste aviso ou em seus anexos;

5.5.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

5.5.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

5.5.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste aviso ou seus anexos, desde que insanável.

5.6. Se houver indícios de inexecutabilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

Assinado por: WELISON ARAUJO SILVEIRA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://joaopessoa.1doc.com.br/verificacao/BBA0-SF85-D294-38BD

D

5.7. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço.

5.7.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

5.7.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

5.8. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

5.9. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, será examinada a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

5.10. Havendo necessidade, a sessão será suspensa, informando-se no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.

5.11. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, se iniciará a fase de habilitação, observado o disposto neste Aviso de Contratação Direta.

6. HABILITAÇÃO

6.1. Os documentos a serem exigidos para fins de habilitação constam do **TERMO DE REFERÊNCIA – DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA PARA HABILITAÇÃO** deste aviso e serão solicitados do fornecedor mais bem classificado da fase de lances.

6.2. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do fornecedor detentor da proposta classificada em primeiro lugar, será verificado o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

a) SICAF;

b) Cadastro Nacional de Empresas Inidêneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portal.datransparencia.gov.br/ceis);

c) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php);

d) Lista de Inidêneos mantida pelo Tribunal de Contas da União - TCU;

6.2.1. Para a consulta de fornecedores pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas das alíneas “b”, “c” e “d” acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (<https://certidosapf.apps.tcu.gov.br/>)

6.2.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa fornecedora e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

6.2.2.1. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

6.2.2.1.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

6.2.2.1.2. O fornecedor será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.

6.2.3. Constatada a existência de sanção, o fornecedor será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

6.3. Caso atendidas as condições de participação, a habilitação dos fornecedores será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

6.3.1. É dever do fornecedor atualizar previamente as comprovações constantes do SICAF para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, quando solicitado, a respectiva documentação atualizada.

6.3.2. O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do fornecedor, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s).

6.4. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Aviso de Contratação Direta e já apresentados, o fornecedor será convocado a encaminhá-los, em formato digital, após solicitação da Administração, sob pena de inabilitação.

6.5. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

6.6. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado (a) da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal e (b) da apresentação do balanço patrimonial e das demonstrações contábeis do último exercício.

6.7. O fornecedor provisoriamente vencedor em um item, que estiver concorrendo em outro item, ficará obrigado a comprovar os requisitos de habilitação cumulativamente, isto é, somando as exigências do item em que venceu às do item em que estiver concorrendo, e assim sucessivamente, sob pena de inabilitação, além da aplicação das sanções cabíveis.

6.7.1. Não havendo a comprovação cumulativa dos requisitos de habilitação, a inabilitação recairá sobre o(s) item(ns) de menor(es) valor(es) cuja retirada(s) seja(m) suficiente(s) para a habilitação do fornecedor nos remanescentes.

6.8. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, a sessão será suspensa, sendo informada a nova data e horário para a sua continuidade.

6.9. Será inabilitado o fornecedor que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Aviso de Contratação Direta.

Assinado por: WELISON ARAUJO SILVEIRA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://joaopessoa.1doc.com.br/verificacao/BBA0-SF85-D294-38BD

D

- 6.9.1. Na hipótese de o fornecedor não atender às exigências para a habilitação, o órgão ou entidade examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda às especificações do objeto e as condições de habilitação
- 6.10. Constatado o atendimento às exigências de habilitação, o fornecedor será habilitado

7. CONTRATAÇÃO

- 7.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.
- 7.2. O adjudicatário terá o prazo de 10 (dez) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta.
- 7.2.1. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado e devolvido no prazo de 5 (cinco) dias, a contar da data de seu recebimento.
- 7.2.2. O prazo previsto para assinatura do contrato ou aceitação da nota de empenho ou instrumento equivalente poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.
- 7.3. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida à empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que:
- 7.3.1. referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;
- 7.3.2. a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no Aviso de Contratação Direta e seus anexos;
- 7.3.3. a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133/21 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.
- 7.4. O prazo de vigência da contratação é de 30 (trinta) prorrogável conforme previsão nos anexos a este Aviso de Contratação Direta.
- 7.5. Na assinatura do contrato ou do instrumento equivalente será exigida a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste aviso, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

8. SANÇÕES

- 8.1. Comete infração administrativa o fornecedor que cometer quaisquer das infrações previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, quais sejam:
- 8.1.1. dar causa à inexecução parcial do contrato;
- 8.1.2. dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- 8.1.3. dar causa à inexecução total do contrato;
- 8.1.4. deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- 8.1.5. não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- 8.1.6. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- 8.1.7. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- 8.1.8. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou a execução do contrato;
- 8.1.9. fraudar a dispensa eletrônica ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- 8.1.10. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- 8.1.10.1. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os fornecedores, em qualquer momento da dispensa, mesmo após o encerramento da fase de lances.
- 8.1.11. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos deste certame.
- 8.1.12. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
- 8.2. O fornecedor que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:
- a) Advertência pela falta do subitem 8.1.1 deste Aviso de Contratação Direta, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- b) Multa de 25 % (vinte e cinco por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do fornecedor, por qualquer das infrações dos subitens 8.1.1 a 8.1.12;
- c) Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos dos subitens 8.1.2 a 8.1.7 deste Aviso de Contratação Direta, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos dos subitens 8.1.8 a 8.1.12, bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave;

- 8.3. Na aplicação das sanções serão considerados:
- 8.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;
- 8.3.2. as peculiaridades do caso concreto;
- 8.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- 8.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- 8.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 8.4. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.
- 8.5. A aplicação das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.
- 8.6. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.
- 8.7. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.
- 8.8. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.
- 8.9. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.
- 8.10. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao fornecedor/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133, de 2021, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.
- 8.11. As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas nos anexos a este Aviso.

9. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 9.1. O procedimento será divulgado no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP.
- 9.2. No caso de todos os fornecedores restarem desclassificados ou inabilitados (procedimento fracassado), a Administração poderá:
- 9.2.1. republicar o presente aviso com uma nova data;
- 9.2.2. valer-se, para a contratação, de proposta obtida na pesquisa de preços que serviu de base ao procedimento, se houver, privilegiando-se os menores preços, sempre que possível, e desde que atendidas às condições de habilitação exigidas.
- 9.2.2.1. No caso do subitem anterior, a contratação será operacionalizada fora deste procedimento.
- 9.2.3. fixar prazo para que possa haver adequação das propostas ou da documentação de habilitação, conforme o caso.
- 9.3. As providências dos subitens 9.2.1 e 9.2.2 acima poderão ser utilizadas se não houver o comparecimento de quaisquer fornecedores interessados (procedimento deserto).
- 9.4. Havendo a necessidade de realização de ato de qualquer natureza pelos fornecedores, cujo prazo não conste deste Aviso de Contratação Direta, deverá ser atendido o prazo indicado pelo agente competente da Administração na respectiva notificação.
- 9.5. Caberá ao fornecedor acompanhar as operações, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda do negócio diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.
- 9.6. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário.
- 9.7. Os horários estabelecidos na divulgação deste procedimento e durante o envio de lances observarão o horário de Brasília-DF, inclusive para contagem de tempo e registro no Sistema e na documentação relativa ao procedimento.
- 9.8. No julgamento das propostas e da habilitação, a Administração poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.
- 9.9. As normas disciplinadoras deste Aviso de Contratação Direta serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 9.10. Os fornecedores assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo de contratação.
- 9.11. Em caso de divergência entre disposições deste Aviso de Contratação Direta e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Aviso.
- 9.12. Da sessão pública será divulgada Ata no sistema eletrônico.
- 9.13. Integram este Aviso de Contratação Direta, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

João Pessoa, 24 de agosto de 2025

Assinatura da autoridade competente

Assinado por: 1 pessoa: WELISON ARAUJO SILVEIRA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://joapessoa.tdoc.com.br/verificacao/BBAD-SF85-D294-38BD> e informe o código BBAD-SF85-D294-38BD



Assinado por: 1 pessoa: WELISON ARAUJO SILVEIRA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://joapessoa.tdoc.com.br/verificacao/BBAD-SF85-D294-38BD> e informe o código BBAD-SF85-D294-38BD



Assinado por: 1 pessoa: WELISON ARAUJO SILVEIRA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://joapessoa.tdoc.com.br/verificacao/BBAD-SF85-D294-38BD> e informe o código BBAD-SF85-D294-38BD



Assinado por: 1 pessoa: WELISON ARAUJO SILVEIRA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://joapessoa.tdoc.com.br/verificacao/BBAD-SF85-D294-38BD> e informe o código BBAD-SF85-D294-38BD





VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: BBAD-5F85-D294-38BD

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



WELISON ARAUJO SILVEIRA (CPF 008.XXX.XXX-75) em 26/08/2025 13:13:15 GMT-03:00

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://joaopessoa.1doc.com.br/verificacao/BBAD-5F85-D294-38BD>

TERMO DE APOSTILAMENTO

TERMO DE APOSTILAMENTO

PROTOCOLO 121.351/2025

PREGÃO ELETRÔNICO Nº: 13.002/2025

Proc. Administrativo Nº: 17.794/2025 - SMS-DASGAFAL-ADM

CONTRATO Nº: 10.787/2025

CONTRATADA: GO MED PRODUTOS E SERVIÇOS DE SAÚDE LTDA – EPP

OBJETO: AQUISIÇÃO DE INSUMOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS MÉDICOS HOSPITALARES MMH PARA ATENDER A NECESSIDADE DO MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA DESTINADOS AS UNIDADES BÁSICAS HOSPITALARES REDE ESPECIALIZADA POLICLÍNICAS E CEOS SAMU SAD UPAS E ZOONOSSES.

Pelo presente fica apostilado o processo em epígrafe, na qual SUBSTITUI-SE a marca do item, **algodão hidrófilo em manta uniforme** da marca **Névoa** para **Nathy**.

Conforme solicitação e concordância expressa da Secretaria Municipal de Saúde, autorizado pelo seu secretário.

MARCA LICITADA: NÉVOA

MARCA PARA SUBSTITUIÇÃO: NATHY


João Pessoa, de de 2025.

SECRETARIO MUNICIPAL DE SAÚDE


LUIZ FERREIRA DE SOUSA FILHO

Assinado por 1 pessoa: LUIZ FERREIRA DE SOUSA FILHO

Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://joaopessoa.1doc.com.br/verificacao/0906-8C4D-8E89-CDF0>




VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: 0906-8C4D-8E89-CDF0

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:




LUIZ FERREIRA DE SOUSA FILHO (CPF 048.XXX.XXX-89) em 25/08/2025 12:37:28 GMT-03:00

Papel: Parte


Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://joaopessoa.1doc.com.br/verificacao/0906-8C4D-8E89-CDF0>




VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: AD37-3AF6-C80D-18FC

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



LUIZ FERREIRA DE SOUSA FILHO (CPF 048.XXX.XXX-89) em 26/08/2025 09:59:34 GMT-03:00

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://joaopessoa.1doc.com.br/verificacao/AD37-3AF6-C80D-18FC>

TERMO ADITIVO

Chamamento Público 06-002/2022

Proc. 1Doc 15.138/2022

TERMO ADITIVO Nº 04 AO TERMO DE COLABORAÇÃO – ALTERAÇÃO DE RESPONSABILIDADE – ALTERAÇÃO DE SECRETARIA RESPONSÁVEL PELA FISCALIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO SECUPA – SECRETARIA DE CUIDADO E PROTEÇÃO ANIMAL QUE CELEBRAM ENTRE SIM O MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA E A SPMV – SOCIEDADE PAULISTA DE MEDICINA VETERINÁRIA.

O MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA, entidade de direito público, CNPJ 08.806.721/0001-03, neste ato representado pela SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE DO MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA, o Sr. **WELISON ARAÚJO SILVEIRA**, brasileiro, casado, Advogado, portador do RG 2.660.920 SSP/PB e CPF 008.047.094-75, residente e domiciliado em João Pessoa-PB e pelo Sr. Secretário de Cuidado e Proteção Animal – SECUPA, Sr. **CARLOS GUSTAVO GOMES DE OLIVEIRA**, brasileiro, casado, CPF 036.112.634-43 doravante denominados CONTRATANTES e do outro lado **SPMV – SOCIEDADE PAULISTA DE MEDICINA VETERINÁRIA** inscrita no CNPJ n.º47.676.085/0001-96, com sede à Rua Tijuco Preto n.º 193, Município de Tatuape /SP, doravante denominada OSC, representada neste ato por seus diretores, Sr. **LUIZ WILSON DE OLIVEIRA JUNIOR**, RG n.º. 44.592.756-6, CPF n.º 355.608.348-58 e a Sr. **LUCIA CRISTINA VIEGAS CORREIA**, portadora do RG 24.381.217-6 e CPF 194.367.418-39, denominado CONTRATADO, acordam em **ADITAR** o **Contrato de Colaboração da Clínica do PET**, conforme cláusulas abaixo pactuadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA MODIFICAÇÃO DO POLO ATIVO CONTRATANTE

1.1 O referido de termo de colaboração, que antes era de competência e atendia a demanda da SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE DO MUNICÍPIO – SEMAM, passou a ser competência da SECRETARIA DE CUIDADO E PROTEÇÃO ANIMAL – SECUPA, secretaria esta, criada pela Lei Ordinária 15.469/2025 de 20 de fevereiro de 2025.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

2.1 As despesas necessárias ao pagamento deste contrato correrão à conta da atividade orçamentária:

Assinado por 3 pessoas: WELISON ARAUJO SILVEIRA, SOCIEDADE PAULISTA DE MEDICINA VETERINARIA e CARLOS GUSTAVO GOMES DE OLIVEIRA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://joaopessoa.1doc.com.br/verificacao/AD37-3AF6-C80D-18FC>

Secretaria de Cuidado e Bem Estar Animal – SECUPA

Dotação Orçamentária	FR	Elemento
35.101.18.541.5294.127007	1.500	3.3.50.43
35.101.18.541.5294.127007	1.500	3.3.50.85

CLÁUSULA TERCEIRA – DO FUNDAMENTO LEGAL

3.1 O presente Termo de Aditivo tem fundamento no Processo Administrativo 8.816/2024 e a Lei 14.133/2021, bem como o despacho do Jurídico desta Secretaria.

CLÁUSULA QUARTA – DISPOSIÇÕES FINAIS

4.1 Ficam mantidas as demais cláusulas e condições contidas no instrumento original e seus termos aditivos.

E, por estarem justos e combinados no que aqui restou consignado, assinam o presente **TERMO ADITIVO** de forma eletrônica, para que produza seus efeitos jurídicos e legais.

João Pessoa, *datado na assinatura eletrônica.*

SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE DE JOÃO PESSOA
WELISON ARAÚJO SILVEIRA

SECRETARIA DE CUIDADO E PROTEÇÃO ANIMAL
CARLOS AUGUSTO GOMES DE OLIVEIRA

SOCIEDADE PAULISTA DE MEDICINA VETERINÁRIA
CNPJ 47.676.085/0001-96



VERIFICAÇÃO DAS
ASSINATURAS



Código para verificação: 596B-B487-1F06-C432

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

- ✓ WELISON ARAUJO SILVEIRA (CPF 008.XXX.XXX-75) em 25/07/2025 12:02:05 GMT-03:00
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)
- ✓ SOCIEDADE PAULISTA DE MEDICINA VETERINARIA (CNPJ 47.676.085/0001-96) em 28/07/2025 13:18:56 GMT-03:00
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)
- ✓ CARLOS GUSTAVO GOMES DE OLIVEIRA (CPF 036.XXX.XXX-43) em 18/08/2025 15:10:39 GMT-03:00
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://joapessoa.1doc.com.br/verificacao/596B-B487-1F06-C432>

TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO
CHAVE: GFEV-RA5V-XI2K-SD26

PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 23.253/2025
DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 13.046/2025

Objeto: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO DE VENTILAÇÃO NÃO INVASIVA DE PRESSÃO POSITIVA CONTÍNUA (CPAP) AUTOMÁTICO E ACESSÓRIOS, PARA CUMPRIMENTO DE DECISÃO JUDICIAL.

Com base nas informações constantes no Processo n.º 23.253/2025, referente à Dispensa de Licitação n.º 13.046/2025, ADJUDICO E HOMOLOGO a dispensa de licitação em favor da empresa: **LUMIAR HEALTH BUILDERS EQUIPAMENTOS HOSPITALARES LTDA** sob n.º de CNPJ **05.652.247/0001-06**, perfazendo o valor total de **R\$3.000,00** (três mil reais). Para contratação do objeto em referência, com base no inciso IV, art. 71, da Lei n.º 14.133/2021.

João Pessoa-PB, 26 de agosto de 2025.

LUIS FERREIRA DE SOUSA FILHO
Secretário de Saúde



VERIFICAÇÃO DAS
ASSINATURAS



Código para verificação: B1F6-C535-9242-2726

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

- ✓ LUIS FERREIRA DE SOUSA FILHO (CPF 048.XXX.XXX-89) em 26/08/2025 13:24:34 GMT-03:00
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://joapessoa.1doc.com.br/verificacao/B1F6-C535-9242-2726>

Assinado por 3 pessoas: WELISON ARAUJO SILVEIRA, SOCIEDADE PAULISTA DE MEDICINA VETERINARIA e CARLOS GUSTAVO GOMES DE OLIVEIRA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://joapessoa.1doc.com.br/verificacao/596B-B487-1F06-C432>



Assinado por 1 pessoa: LUIS FERREIRA DE SOUSA FILHO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://joapessoa.1doc.com.br/verificacao/B1F6-C535-9242-2726>





ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA
INSTITUTO CÂNDIDA VARGAS

**TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO
ERRATA**

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 62.016/2024

COMPRAS.GOV Nº: 90014/2024

OBJETO: SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAL
PERMANENTE - EQUIPAMENTOS MÉDICOS PARA O INSTITUTO CÂNDIDA.

Chave: XMWK-BJZ5-37A1-D5VG

Com base nas informações constantes no Processo nº. 26.212/2024, a errata de publicação do presente Termo, referente ao Pregão Eletrônico nº. 62.016/2024, em cumprimento aos termos, com base no inciso IV, art. 71, da Lei nº. 14.133/2021, sendo que:

Onde se lê:

Intermed Equipamento Médico Hospitalar LTDA, sob o CNPJ nº: 49.520.521/0001-69, item: 01, no valor total de R\$ 209.7000,00.

Leia-se:

Intermed Equipamento Médico Hospitalar LTDA, sob o CNPJ nº: 49.520.521/0001-69, item: 01, no valor total de R\$ 209.700,00.

Onde se lê:

Foccus Distribuidora de Equipamentos LTDA-EPP, sob o CNPJ nº: 37.122.230/0001-33.

Leia-se:

Foccus Distribuidora de Equipamentos LTDA-EPP, sob o CNPJ nº: 40.618.304/0001-31.

* Republicado por incorreção em 22/08/2025, pag.17.

João Pessoa, 26 de agosto de 2025.

Quintino Regis de Brito Neto
Diretor Geral do ICV

Assinado por 1 pessoa: QUINTINO REGIS DE BRITO NETO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://joaopessoa.1doc.com.br/verificacao/F35C-E050-F366-0F11>



VERIFICAÇÃO DAS
ASSINATURAS



Código para verificação: F35C-E050-F366-0F11

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

✓ QUINTINO REGIS DE BRITO NETO (CPF 072.XXX.XXX-34) em 26/08/2025 13:35:17 GMT-03:00
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://joaopessoa.1doc.com.br/verificacao/F35C-E050-F366-0F11>

**CIDADE COM
SOM ALTO,
EDUCAÇÃO
LÁ EMBAIXO.**

SEJA SEMPRE EDUCADO.

Em casa, na rua, na praia, no trânsito,
no barzinho ou em qualquer lugar,
poluição sonora não é legal.
Ela prejudica a nossa saúde,
o meio ambiente e é crime.

SE PRECISAR, DENUNCIE.
3218-9208



**OUVIDORIA
GERAL**

**LIGUE
162**
83 98841-9383